

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

**Contribuições das unidades de auditorias das
universidades federais brasileiras para os indicadores de
impacto social**

JAQUELINE CONTARIN

SÃO CARLOS - SP

2023

JAQUELINE CONTARIN

**Contribuições das unidades de auditorias das
universidades federais brasileiras para os indicadores de
impacto social**

Relatório de defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Roniberto Morato do Amaral

SÃO CARLOS - SP

2023

Contarin, Jaqueline

Contribuições das unidades de auditorias das universidades federais brasileiras para os indicadores de impacto social / Jaqueline Contarin -- 2023.
88f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Roniberto Morato do Amaral
Banca Examinadora: Leandro Innocentini Lopes de Faria, Ivan Henrique Vey
Bibliografia

1. Auditoria interna. 2. Universidade federal. 3. Indicadores sociais. I. Contarin, Jaqueline. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Jaqueline Contarin, realizada em 11/04/2023.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Roniberto Morato do Amaral (UFSCar)

Prof. Dr. Ivan Henrique Vey (UFSM)

Prof. Dr. Leandro Innocentini Lopes de Faria (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Roniberto Morato do Amaral, por fornecer todo o suporte necessário para a condução da pesquisa.

Agradeço à minha família, por sempre estar ao meu lado.

Agradeço ao meu namorado, Fernando de Natali Frascá, por ser meu porto seguro e maior incentivador.

Agradeço aos meus amigos, que me proporcionam momentos felizes e memoráveis.

RESUMO

As Universidades Federais (UFs) brasileiras, por meio das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, contribuem para o desenvolvimento político, econômico, cultural e social do país. Neste contexto, mensurar os resultados obtidos, mitigar riscos e aprimorar os processos de trabalho das universidades é fundamental para o sucesso do seu projeto institucional e impacto no desenvolvimento sustentável da sociedade. O objetivo geral desta pesquisa foi investigar as contribuições das unidades de auditorias das UFs brasileiras, para a melhoria dos seus indicadores sociais, com base nos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), implementados pela Organização das Nações Unidas e incorporados pelo ranking universitário *Times Higher Education* (THE). O método utilizado foi a análise documental, com abordagem quanti-qualitativa. A amostra analisada abrangeu 286 relatórios de auditoria referentes ao período de 2019 a 2020, recuperados nos sites institucionais de 33 UFs. Os resultados alcançados compreendem um conjunto de indicadores sobre a caracterização da atuação das unidades de auditorias das UFs e a identificação da relação entre as recomendações das unidades de auditorias e sua contribuição para a elaboração e melhoria dos indicadores sociais das UFs. Considera-se que a discussão teórica e os resultados alcançados poderão contribuir para as investigações sobre a atuação das universidades e o seu impacto social, por meio da elaboração de indicadores sociais, utilizando a relação entre as recomendações das unidades de auditorias e as áreas correlatas aos indicadores sociais.

Palavras-chave: Auditoria Interna, Universidade Federal, Indicadores sociais, objetivos de desenvolvimento sustentável, Ranking Universitário

ABSTRACT

Brazilian Federal Universities (UFs) contribute to the country's political, economic, cultural, and social development, through education, research, outreach, and innovation. In this context, measuring results, mitigating risks, and improving work processes in universities are key to the success of their institutional projects and to the impact on society's sustainable development. The main goal of this work was to research the contribution of Brazilian UF audit units to the improvement of their social indicators, based on the 17 Sustainable Development Goals (SDGs), implemented by the United Nations, and incorporated by the Times Higher Education (THE) university ranking. The method used was document analysis, with a mixed quantitative-qualitative approach. The sample analyzed included 286 audit reports from 2019 to 2020, retrieved from the institutional websites of 33 UFs. The results comprise a set of indicators that characterize the activities of UF audit units and identify the relationship between the audit units' recommendations and their contribution to the development and improvement of the UFs' social indicators. The theoretical discussion and obtained results are expected to contribute to the research on the role of universities and their social impact through the development of social indicators, while using the relationship between recommendations from audit units and the respective areas in the social indicators.

Keywords: Internal Audit, Federal University, Social Indicators, Sustainable Development Goals, University Ranking

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relatórios analisados por Universidade e ano de emissão	44
Tabela 2 - Menção da área auditada nos relatórios	51
Tabela 3 - Percentagens de universidades e de objetos auditados.....	58
Tabela 4 - Distribuição das recomendações aos ODS.....	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relação da auditoria interna	36
Figura 2- Etapas da pesquisa	45
Figura 3 - Fases da análise documental	46
Figura 4 - Legenda da Classificação	51
Figura 5 - Áreas auditadas	53
Figura 6 - Mapa correlação cruzada entre as universidades, com base nas áreas auditadas	55
Figura 7- Mapa correlação cruzada entre as universidades, com base nos objetos auditados .	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Áreas auditadas	52
Quadro 2 - Relação Recomendações x Indicadores	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CGU – Controladoria Geral da União

CTS – Ciência, Tecnologia e Sociedade

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MOT – Manual de Orientações Técnicas da Atividade da Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal

OCDE – Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

RICYT – Rede de Indicadores de Ciência y Tecnologia

TCU – Tribunal de Contas da União

THE – *Times Higher Education*

UF – Universidade Federal

UFABC – Universidade Federal do ABC

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFAPPE – Universidade Federal do Agreste Pernambucano

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFCA – Universidade Federal do Cariri

UFCAT – Universidade Federal do Catalão

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

UFDFPAR – Universidade Federal do Delta do Parnaíba

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFJ – Universidade Federal de Jataí
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFR – Universidade Federal de Rondonópolis
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UFSJ – Universidade Federal de São João del Rei
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFT – Universidade Federal do Tocantins

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNB – Universidade Federal de Brasília
UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP – Universidade Federal do Amapá
UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofania Afro-Brasileira
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Justificativa.....	18
1.2 Objetivos geral e específicos	19
1.3 Estrutura da dissertação	20
2. ATUAÇÃO E MÉTODOS AVALIATIVOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS ..	21
2.1 Universidades Federais do Brasil	21
2.2 Avaliação da atividade científica e da academia	27
2.2.1 Atuação das unidades de auditoria interna e externa.....	33
3. MÉTODO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	41
3.1 Abordagem da pesquisa, tipologia e método.....	41
3.2 Desenvolvimento da pesquisa	45
3.3. Análise e interpretação dos dados	46
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	49
4.1 Caracterização da atuação das unidades de auditorias das UFs	49
4.2 Relação entre as recomendações das unidades de auditorias e a elaboração de indicadores sociais	60
5. CONSIDERAÇÕES	65
REFERÊNCIAS	68
Anexo 1 – Endereços eletrônicos onde estão disponibilizados os relatórios utilizados na amostra	74
Anexo 2 – Dados sobre as Universidades Federais Brasileiras	77
Anexo 3 – Dados sobre as áreas auditadas	81
Anexo 4 – Dados sobre os objetos auditados	85

1 INTRODUÇÃO

No Brasil as Universidades Federais (UFs) são subordinadas ao Ministério da Educação (MEC) (DUARTE e OLIVEIRA, 2012), com autonomia didática científica, financeira, administrativa e patrimonial, e compreendem a missão de atuar de forma indissociável nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme previsto no artigo 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Atualmente existem 69 UFs brasileiras, localizadas nas seguintes regiões: 20 no Nordeste, 19 no Sudeste, 11 no Norte, 11 no Sul e 8 no Centro-Oeste (INEP, 2020). Tais instituições são as maiores responsáveis pela geração e desenvolvimento de conhecimento no país (SOUZA, FILIPPO E CASADO, 2018), e, por meio da oferta de ensino, pesquisa e extensão, tornam possível formar cidadãos e reduzir desigualdades sociais (ALVARENGA e OHAYON, 2021). Além disso, visando se adequar às exigências da sociedade, as UFs estão sendo provocadas a tornarem-se organizações empreendedoras, visando proporcionar, ainda mais, benefícios para a sociedade (GIMENEZ e BONACELLI, 2013).

Devido às características de órgão público e, tendo em vista que as UFs são organizações que compõem a administração pública federal, a maior parte do orçamento que as mantém advém do governo federal, e, conseqüentemente, dos impostos pagos pela sociedade. Outra parte do financiamento das UFs decorre das receitas próprias, adquiridas por meio de aluguéis de espaços físicos pertencentes à instituição, contratos e convênios firmados com outras organizações públicas ou privadas, dentre outras (ARAÚJO, SIENA E RODRIGUEZ, 2018).

Desta forma, a sociedade torna-se a sua maior financiadora, equiparando-se aos acionistas majoritários de empresas privadas. Logo, assim como acontece em outras organizações, é essencial que haja uma efetiva demonstração dos resultados obtidos pelas universidades para a sociedade (MARCOVITCH, 2018).

As investigações sobre formas de aproximação entre a sociedade e universidade fazem parte do enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), compreendendo questionamentos críticos e reflexivos acerca do contexto científico-tecnológico e social. O uso da expressão ciência, tecnologia e sociedade além de estar vinculado ao ensino de ciências e tecnologias, sustentabilidade, e responsabilidade social, ainda caracteriza-se como a busca na “construção de uma consciência social sobre a produção e circulação de saberes, a cidadania e a democratização dos meios de produção” (LINSINGEN, 2007).

A necessidade de aproximação com a sociedade acarreta desafios para as UFs, especialmente relacionados ao registro e acompanhamento de dados que sejam capazes de gerar

indicadores confiáveis. Além disso, torna-se evidente a necessidade de que sejam estipuladas métricas sociais, que auxiliem no reconhecimento da universidade pela comunidade e poder público e que subsidiem as tomadas de decisões dos gestores. No entanto, a propositura de métricas e indicadores não basta para que a sociedade compreenda o real papel das UFs. Para que isso ocorra, é necessário que haja a efetiva aproximação com a sociedade, por meio do aperfeiçoamento dos canais de comunicação e do aprimoramento da visibilidade de suas contribuições sociais (PLANETA, et al, 2019).

Neste contexto é possível identificar iniciativas nacionais e internacionais, visando a mensuração e avaliação do desempenho das universidades. Como por exemplo, 1] os rankings universitários nacionais e internacionais, que classificam as universidades com base no desempenho alcançado em uma diversidade de dimensões avaliativas (ORDORIKA, 2015; VALMORBIDA, et al, 2015); 2] a elaboração de indicadores de gestão exigidos anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sobre as práticas da universidade como órgão de governo (FERREIRA, SANTOS E PESSANHA, 2013; BOYNARD, 2013); 3] as avaliações periódicas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sobre o sistema educacional brasileiro (BOYNARD, 2013); 4] o sistema de avaliação da Pós-Graduação realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (BOYNARD, 2013); 5] os novos indicadores de gestão sugeridos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (FORPLAD, 2017)); 6] ao manuais de aplicação de indicadores da OCDE e da RICYT (MARICATO e MACEDO, 2017), entre outras iniciativas.

Ocorre que, tais iniciativas não atendem com completude o repasse de informações que se deve à sociedade, vez que não abrangem todas as atividades desempenhadas pelas universidades. Em sua maioria, as iniciativas de avaliação citadas, são focadas no desempenho discente, no corpo docente e na comunicação científica, através da publicação de artigos e sua indexação em bases de dados internacionais, ou seja, restringem-se às atividades fim da universidade, não abrangendo as atividades de gestão, por exemplo, o desempenho de suas unidades organizacionais administrativas (FERREIRA, SANTOS E PESSANHA, 2013).

Dessa forma, embora a divulgação dos resultados da atuação das universidades, através das iniciativas mencionadas, envolva um caráter público e seja apresentada para a sociedade, essa divulgação não abrange informações de caráter administrativo, financeiro, como por exemplo, práticas de gestão de pessoas, dentre outras, que compõem as atividades desempenhadas no âmbito das universidades, e que implicam na utilização de recursos públicos (FERREIRA, SANTOS E PESSANHA, 2013). Cumpre salientar que, os mecanismos de

mensuração e divulgação dos resultados obtidos pelas universidades focam especificamente a comunidade acadêmica, não servindo como meio efetivo de demonstração de suas contribuições para a sociedade que a financia. Portanto, para que a sociedade compreenda o real papel da universidade, é necessário que além de proposições de métodos, métricas e divulgação de indicadores de ciência e tecnologia, sejam aprimorados os canais de comunicação com a sociedade, e que haja a real demonstração de suas contribuições sociais (PLANETA et al., 2018).

Assim, as universidades devem passar por processos de adaptação e transformação, visando atender os pleitos da sociedade inerentes à transparência, democracia e desenvolvimento (SOUZA, 2012). Logo, se faz necessário buscar outros meios de divulgação de resultados, que abranjam um universo maior do que o contemplado nas iniciativas já existentes e legítimas ao meio acadêmico.

Uma alternativa de divulgação dos resultados das universidades que englobe dados além dos acadêmicos e de produção científica são os indicadores sociais. Mencionados indicadores possuem um importante papel na elaboração e implementação de políticas públicas (FILHO et al, 2013). Compete aos indicadores sociais responder questões sobre as mudanças sociais que atingem a população, além de elucidar questões que não podem ser mensuradas, ou seja, abordar informações que não sejam quantitativas, e desta forma, aproximar-se da sociedade por meio de seus resultados (SANTAGADA, 2007). Desta forma, é necessário que as universidades adotem indicadores sociais, que sejam eficazes na contribuição da transparência e auxiliem no diálogo com setores externos à academia, especialmente com o cidadão comum (PLANETA, et al, 2019).

Diante dessa necessidade, novas formas de mensuração de resultados estão sendo adotadas, por exemplo, o ranking *Times Higher Education* (THE) leva em consideração em seu método de avaliação das universidades as ações praticadas pelas instituições relacionadas aos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), implementados pela Organização das Nações Unidas. Maricato e Martins (2022) ressaltam que para a efetiva implementação dos indicadores do THE, “será necessário institucionalizar um conjunto de ações, reestruturar planejamentos, direcionar equipes de trabalho e implementar propostas efetivas de estruturação de dados e gestão da informação em torno dos objetivos”. Dessa forma, entende-se que, para a construção de indicadores sociais fidedignos à realidade e que sejam consistentes, é necessário um esforço de toda a estrutura organizacional das universidades, especialmente das áreas estratégicas.

Tendo em vista o cenário apresentado, se faz necessário compreender a atuação das

unidades organizacionais de auditorias internas nas UFs, buscando entender como tais unidades podem ser utilizadas como aliadas das demais áreas das universidades, visando auxiliar a construção e melhoria dos indicadores sociais legítimos à atuação das universidades e compreensíveis a sociedade, em especial o cidadão não especialista.

O Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, elaborado pela Controladoria Geral da União (CGU), estabelece que: “A Auditoria Interna Governamental é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização” (CGU, 2017). De acordo com a definição de auditoria contida no mencionado Manual, nota-se que, por meio das atividades de avaliação e consultoria, o intuito das auditorias internas nas UF é otimizar a gestão, de forma a contribuir para o aprimoramento dos processos realizados nas unidades auditadas (CGU, 2017). Atualmente, todas as UFs brasileiras, por imposição legal, devem ter em sua estrutura organizacional, uma unidade de auditoria interna, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, conforme preceitua o artigo 14 do Decreto nº 3591, de 06 de setembro de 2000 (BRASIL, 2000).

A atuação das unidades de auditoria no contexto das UFs compreende quatro macroprocessos de trabalho: o planejamento, a execução, a comunicação dos resultados e o monitoramento das recomendações emitidas. Através destes macroprocessos, as auditorias internas são capazes de mitigar riscos e auxiliar no aprimoramento dos processos de trabalho realizados em todas as áreas da universidade, sejam elas referentes à administração ou às atividades-fim (ensino, pesquisa, extensão e inovação). A comunicação dos resultados da auditoria é realizada por meio de um relatório, onde constam os fatos relevantes encontrados no decorrer da realização da auditoria, e ainda, as recomendações, com a premissa de auxiliar o aprimoramento dos processos desenvolvidos pela área auditada ou de mitigar os riscos encontrados (Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, 2017).

A Controladoria Geral da União (CGU) é o órgão responsável por realizar a orientação normativa e supervisão técnica das unidades de auditoria interna dos órgãos governamentais (CGU, 2022). Nesse sentido, a CGU emitiu o Manual de Orientações Técnicas das Atividades da Auditoria Interna Governamental, onde constam as diretrizes para o desempenho das atividades de auditoria interna nos órgãos governamentais. Entre as recomendações está a orientação de que haja a disponibilização dos relatórios para a sociedade, por meio da internet, visando maximizar a transparência aos trabalhos realizados (CGU, 2017).

Com base nas discussões apresentadas, envolvendo a necessidade de investimento no desenvolvimento de métodos, métricas e indicadores, que proporcionem a efetiva demonstração

das contribuições das universidades para a sociedade, em especial a elaboração de indicadores sociais relacionados aos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, instituídos pela ONU. E ainda, considerando o impacto direto das unidades de auditoria na forma como a universidade oferecerá retorno à sociedade, ao mitigar riscos e auxiliar o aprimoramento dos processos de trabalho, é possível intuir que as contribuições das unidades internas de auditoria podem contribuir para a elaboração e melhoria de desempenho dos indicadores sociais das universidades.

Na literatura nacional é possível identificar uma diversidade de investigações que versam sobre a atuação das unidades de auditorias em instituições de ciência e tecnologia: 1] unidades de auditoria da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica da Região Nordeste, atuando na avaliação do desempenho organizacional (MATSUMOTO, 2019); 2] planejamento de atividades das unidades de auditoria interna das universidades federais (NETO, CRUZ E VIEIRA, 2007); 3] papel das auditorias internas na accountability das IES (FONSECA, JORGE E NASCIMENTO, 2020); 4] auditoria como instrumento de gestão pública na UFPB e UFRN (SOUZA, 2019); 5] desafios gerenciais enfrentados pelas auditorias internas das IES (Schmitz, 2017); 6] competências dos auditores internos das IES (AMORIM, PAULA E OLIVEIRA, 2020); 7] perfil das auditorias internas nas UFs (RODRIGUES, SAMPAIO E MACHADO, 2020), entre outras. Porém, as pesquisas não tratam da relação da atuação das unidades de auditoria com os métodos utilizados na avaliação da atuação das universidades, compreendendo a elaboração de indicadores relacionados aos 17 objetivos de desenvolvimento social. Com isso, o problema de pesquisa desta investigação compreende a necessidade e o desafio das UFs brasileiras desenvolverem indicadores sociais, que sejam eficazes na comunicação com a sociedade, indicando o seu impacto social e econômico, com base 17 objetivos de desenvolvimento sustentável.

1.1 Justificativa

Os resultados alcançados, envolvendo a investigação da relação entre a atuação das unidades de auditoria e a elaboração de indicadores sociais, poderão contribuir para as investigações sobre métodos avaliativos, visando a mensuração dos resultados da atuação das universidades no contexto brasileiro, ampliando a visibilidade e legitimidade das suas contribuições para a sociedade, que a apoia financeiramente e carece de informações acerca dos benefícios dessa atuação, em especial os relacionados aos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável.

A caracterização da atuação das unidades de auditorias das UFs, em especial por meio da análise dos conteúdos e formas dos relatórios utilizados na divulgação dos resultados dos trabalhos realizados nas diversas unidades organizacionais das universidades, poderá contribuir para a melhoria da atuação das universidades, ao prover *insights* sobre potenciais ações de melhoria nas suas práticas institucionais, com base no conhecimento de iniciativas de outras instituições.

Para as unidades de auditorias internas, considerando que são unidades organizacionais reconhecidas pela sua contribuição, envolvendo a melhoria dos processos e a mitigação de riscos nas universidades, os resultados alcançados nesta pesquisa poderão ampliar esse reconhecimento, e ainda, favorece-las com ampliação e conscientização das implicações das práticas de avaliação da atuação das universidades e sua legitimidade junto à sociedade.

Por fim, para o campo CTS, os resultados alcançados e a discussão sobre a possibilidade da utilização dos resultados dos trabalhos das auditorias internas como subsídios complementares para a construção e melhoria de indicadores sociais pelas UFs, especialmente alinhados aos ODS, enquadram-se à área na medida em que as universidades poderão alcançar os melhores resultados no tocante à sustentabilidade.

1.2 Objetivos geral e específicos

Visando contribuir para a compreensão da atuação e das contribuições das UFs para o desenvolvimento, científico, tecnológico, social e econômico da sociedade brasileira, além das práticas envolvendo a atuação em ensino, pesquisa, extensão e inovação. O objetivo geral desta pesquisa foi investigar as contribuições das unidades de auditorias das UFs brasileiras, para a melhoria dos seus indicadores sociais, com base nos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), implementados pela Organização das Nações Unidas e incorporados pelo ranking universitário *Times Higher Education* (THE). A análise documental foi utilizada como método de pesquisa (GARCIA, et al, 2016 e GIL, 2017), com abordagem quanti-qualitativa (GIL, 2017). A amostra analisada compreendeu 286 relatórios de auditoria referentes aos trabalhos realizados nos anos de 2019 e 2020, disponibilizados nos sites de 33 UFs.

Como objetivos específicos esta pesquisa compreende:

- a) Identificar, por meio da bibliografia, os sistemas de avaliação mais relevantes para as UFs brasileiras;
- b) Caracterizar a atuação das unidades de auditoria interna das UFs brasileiras;
- c) Analisar o potencial de contribuição das auditorias internas para a aproximação entre as

UFs brasileiras e a sociedade;

- d) Analisar a contribuição das auditorias internas para a elaboração e melhoria dos indicadores sociais das UFs brasileiras.

1.3 Estrutura da dissertação

Este relatório de defesa está organizado em cinco seções, a primeira compreendendo a introdução ao problema de pesquisa, objetivos e justificativa da pesquisa. A segunda seção abrange a discussão dos conceitos, elementos e práticas que envolvem a atuação das UFs, como instituições de ciência e tecnologia (ICT) e como unidades da administração pública federal do Brasil, destacando as principais iniciativas nacionais e internacionais, compreendendo a avaliação das atividades científicas desempenhas pelas universidades, e ainda, o papel das unidades de auditoria interna e sua contribuição para as UFs. A terceira seção é dedicada a descrição do método utilizado no desenvolvimento da pesquisa. Já a quarta seção apresenta a discussão dos resultados alcançados, compreendendo: um conjunto de indicadores sobre a caracterização da atuação das unidades de auditorias das UFs e a identificação da relação entre as recomendações das unidades de auditorias e sua contribuição para a elaboração e melhoria dos indicadores sociais das UFs. Por fim, na seção considerações são apresentadas as principais contribuições desta pesquisa, visando a utilização dos resultados da atuação das auditorias internas como subsídios para a elaboração e melhoria dos indicadores sociais das UFs.

2. ATUAÇÃO E MÉTODOS AVALIATIVOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

2.1 Universidades Federais do Brasil

As universidades surgiram na Idade Média, caracterizadas por serem as entidades responsáveis pela elaboração do pensamento medieval. Com o passar dos séculos, a Europa buscou construir a universidade europeia, embasando-se em livre autonomia universitária (SOUZA, 2012). Atualmente, existem universidades espalhadas por todos os continentes, no entanto, cada uma compreende características específicas e condizentes com a realidade do país em que está localizada. Neste sentido, Souza (2012), afirma que:

“A Universidade Russa, por exemplo, objetiva servir o Estado. Já a Universidade Inglesa tem um perfil marcado pelo Humanismo, enquanto que a Universidade alemã busca a investigação. A Universidade Americana, de caráter Positivista, tem seu ponto forte no desenvolvimento científico e tecnológico. Na Argentina o modelo de Universidade é variado e eclético, pois apresentam perfis populares, elitistas e alguns que visam o mero lucro”.

A universidade latino-americana, especialmente a brasileira, possibilita a geração e produção de conhecimento, além da criação de tecnologia e a transformação social, por tal razão, ocupa lugar de destaque perante a sociedade (ARAÚJO, 2013).

Embora no Brasil as universidades sejam mais recentes e tenham surgido após 1920, atualmente, pode-se dizer que o país conta com um funcionamento estruturado dessas instituições de ensino, composto por legislação específica, funcionamento avaliado pelo Ministério da Educação, além de avaliações externas realizadas para verificar a qualidade dos cursos (SOUZA, 2012).

Somente a partir de 1960, por meio do crescimento dos debates acerca da reforma universitária, liderado de forma significativa pelo movimento estudantil, a compreensão da sociedade acerca das funções da universidade tornou-se mais evidente. No entanto, em 1964 a implantação do regime militar causa a interrupção desse debate (PERSEGUINO E PEDRO, 2014).

Em 1968, ocorreu uma reforma universitária, cujos princípios embaixadores foram os da autonomia universitária, institutos centrais, desenvolvimento de pesquisas nas universidades, indissociabilidade entre ensino e pesquisa, os ciclos básico e profissional, o tempo integral e a instituição da carreira do magistério (ROTHEN, 2008).

Atualmente, as universidades integram as Instituições de Ensino Superior (IES),

juntamente com outras organizações, como faculdades, centros universitários, etc. Tais organizações envolvem estruturas complexas e características que as diferenciam das demais instituições existentes no país, como por exemplo, a existência de estatutos, regimentos, hierarquia e recursos humanos. Essas estruturas foram especificamente criadas para propiciar a geração de conhecimentos (ROCZANSKI, 2016). No Brasil as IES são classificadas em privadas ou públicas, sendo essas criadas e mantidas pelo poder público, classificadas em federais, estaduais ou municipais (DUARTE E OLIVEIRA, 2012).

De acordo com o censo da educação superior elaborado pelo INEP, em 2020 existiam no Brasil 2457 IES, sendo 304 públicas (118 federais, 129 estaduais e 57 municipais) e 2153 privadas. As Instituições Federais de Ensino Superior, ainda podem ser classificadas em: Universidades (68), Institutos Federais (38), Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET's (2), Centro Universitário (1) e Faculdades (9) (INEP, 2020).

Vale ressaltar a importância das UFs, tendo em vista suas contribuições para o desenvolvimento social e econômico do país. Os benefícios advindos das universidades não se restringem a oferta de atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio da produção e transmissão de conhecimento, pois abarcam ainda, benesses de natureza social, econômica, tecnológica e moral (ALVARENGA e OHAYON, 2021).

Nesse sentido, Valadão e Braga (2021) afirmam que é dever da universidade “...entender os conflitos, as demandas e conquistas da população, acolher a comunidade, ouvir os seus anseios e tentar amenizar os conflitos sociais, principalmente aqueles que são fruto das desigualdades sociais”. Portanto, é possível intuir que os deveres imputados às universidades, ultrapassam o ensino, pesquisa e a extensão, pois é necessário que as mesmas se envolvam com a sociedade, visando o bem de todos e a minimização das disparidades existentes nas comunidades.

Vale ressaltar que, a existência de novas modalidades de ensino, que, por vezes permitem o ingresso e manutenção dos alunos de maneira mais facilitada, do que as ofertadas pelas UFs, fizeram com que as UFs perdessem a sua hegemonia com o passar do tempo. No entanto, embora seja constantemente desafiada, no Século XXI, sua importância perante a sociedade permanece em destaque (SANTOS, 2004).

Diante dos desafios apresentados para que a sociedade, que se trata da financiadora das UFs brasileiras, reconheça a necessidade da manutenção das mesmas, tais instituições encontram-se em constante processo de construção (SILVA, 2014). A boa gestão das UFs é uma das maiores responsáveis por essa evolução necessária às instituições (MARQUES, 2020).

Conforme pode ser evidenciado por meio do Anexo 2, nota-se que as universidades

compreendem diferentes características em relação ao número de técnicos administrativos e docentes, o que impacta diretamente na sua gestão e atuação. Cumpre salientar que as atividades de gestão estão diretamente ligadas ao atingimento das metas e objetivos institucionais e, assim como nos outros tipos de organizações, cumprem um papel essencial para a manutenção das mesmas. Dessa forma, para que haja o aprimoramento e expansão das atividades ofertadas pelas UFs, é necessário que a gestão ocorra de maneira eficiente e vise as melhores práticas para o bom funcionamento institucional (MARQUES, 2020).

Com o intuito de atingir uma gestão eficiente, as UFs possuem conselhos colegiados, que são peças essenciais para o gerenciamento das instituições, tendo em vista o seu desempenho estratégico como órgão deliberativo, consultivo e normativo, além de ser competente para a tomada de decisões acerca da atuação da universidade como instituição (BASTOS et al, 2016).

Um aspecto relevante que deve ser abordado ao se discutir a atuação e gestão das universidades é a autonomia. Segundo Ranieri (1994 p.23) “autonomia significa regular com normas próprias situações intencionalmente não alcançadas pela lei, tendo em vista garantir e proteger certos interesses”. Silva (2014) destaca que os princípios da autonomia e o destaque da pesquisa diante das demais funções da universidade começaram a se sobressair na década de 80. Em nosso ordenamento jurídico, a autonomia das universidades está prevista no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, que determina o seguinte: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Além disso, a Lei de Diretrizes da Base Educacional – LDB (Lei 9.394 de 1996), também disciplina a autonomia das universidades, conforme segue:

“Art. 54 - As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal.

§ 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

I – propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

II – elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;

III – aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;

IV – elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

- V – adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;
 - VI – realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;
 - VII – efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho”.
- (BRASIL, 1996)

Ainda acerca da autonomia, Balbachevsky e Kohtamäki (2019, p.235) afirmam que:

“Tradicionalmente, as universidades são autônomas na medida em que têm independência para gerir a vida acadêmica. Não importa quão estritos sejam os controles impostos pela burocracia pública sobre a administração das coisas, enquanto a vida acadêmica for independente, a universidade será autônoma”.

Imperioso destacar que as universidades são uma das principais fontes geradores de conhecimento no país, o que está intrinsecamente ligado ao seu propósito (SOUZA, FILIPPO E CASADO, 2018). A geração de conhecimentos é realizada por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, que conforme relatam Alvarenga e Ohayon (2021), são os três eixos que “configuram os pilares ou os valores essenciais para que a universidade, como agente de transformação e transmutação, seja preservada”.

Vale salientar que a geração e o desenvolvimento de conhecimentos proporcionados pelas universidades são aliados na aproximação entre tais instituições e a sociedade, servindo como meio de integração entre ambas (RANIERI, 1994). Além da geração e desenvolvimento de conhecimentos, o ensino, a pesquisa e a extensão são utilizados no processo de aproximação com a sociedade, tais institutos objetivam atingir avanços científicos e tecnológicos, bem como auxiliar na construção da cidadania (PERSEGUINO E PEDRO, 2022).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, prevê que a universidade deve ofertar atividades de ensino, pesquisa e extensão de maneira indissociável: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Dessa forma, conclui-se que as universidades compreendem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da sociedade e o fazem através da oferta de ensino de qualidade, realização de pesquisas, e ainda, por meio do aperfeiçoamento e geração de novos conhecimentos que ocorrem através das atividades de extensão (ALVARENGA E OHAYON, 2021).

Dentre a tríade ensino, pesquisa e extensão, a maior aliada para aproximação entre universidade e sociedade é a extensão, que viabiliza a interação com a sociedade, por exemplo,

com a comunidade não acadêmica, órgãos públicos, empresas do setor privado entre outros atores da sociedade. Dessa forma, auxilia na divulgação dos impactos sociais do conhecimento científico, tecnológico e humanístico gerado pela universidade e aplicado pela sociedade (PLANETA, et al, 2019). Por tal razão, Souza (2012) afirma que a extensão é a forma mais moderna e flexível das universidades auxiliarem na solução dos problemas que acometem a sociedade no século atual, por meio do desempenho das suas funções educacionais e sociais.

O conjunto de ensino, pesquisa e extensão, conhecido como tripé das universidades, permite a formação de cidadãos e favorece a redução das disparidades existentes na sociedade (ALVARENGA, 2020). Por tal razão, Perseguino e Pedro (2020) afirmam que “o tripé (ensino, pesquisa e extensão) representa a responsabilidade social da universidade pública”.

Planeta et al (2019), afirmam que:

“A missão constitucional da universidade pública envolve a excelência do ensino, da pesquisa científica e da extensão universitária, incluindo a dimensão da cultura, traduzidos em conhecimentos técnico-científicos e humanísticos para o desenvolvimento pleno da sociedade”.

Embora a tríade do ensino, pesquisa e extensão seja inerente às finalidades das universidades, tais instituições também apresentam importante papel social e político perante a sociedade, e, por esse motivo, necessitam inserir a inclusão social e a capacitação de cidadãos em suas rotinas, que devem ser ofertadas à sociedade por meio dos avanços científicos e tecnológicos alcançados no desempenho de suas atividades (SILVA, 2014). Por tal razão, além do compromisso em oferecer ensino, pesquisa e extensão, atualmente a universidade está cada vez mais provocada a tornar-se uma organização empreendedora, sendo cada vez mais instigada a participar de atividades empreendedoras e propiciar benefícios sociais e econômicos para a sociedade (GIMENEZ, 2013).

A necessidade de inovação no âmbito da universidade está cada vez mais proeminente, evidenciando a necessidade da mesma abster-se dos vícios adquiridos durante a sua existência, a fim de propiciar conhecimentos que beneficiem a sociedade (SOUZA, 2012). Neste sentido, Audy (2011) afirma que: “A academia tem recebido diversos sinais, tanto do ambiente externo como do seu ambiente interno, que apontam para pressões crescentes por uma renovação da universidade para fazer frente às novas demandas”.

O mesmo autor afirma que:

“...o conceito de Universidade Empreendedora emerge como uma resposta às novas

demandas da sociedade. Mas este conceito é ainda muito controverso no meio acadêmico, apresenta grandes desafios e envolve uma série de outros conceitos relevantes associados, tais como inovação, criatividade e risco. A busca por uma Universidade mais flexível e com capacidade de adaptação às mudanças é um desafio que muitas instituições estão enfrentando”. (Audy, 2011).

As universidades, juntamente com o governo e as empresas (públicas ou privadas), compõem a tríplice hélice da inovação. Ambos se relacionam visando o impulsionamento da inovação no país e fazendo com que o resultado das pesquisas desenvolvidas alcance a sociedade. O envolvimento entre empresas e universidade ganhou destaque a partir da vigência da Lei de incentivo à Inovação (Lei 10.973/2004), e tornou-se o principal trunfo no desenvolvimento da inovação no país. Dessa forma, chega-se à conclusão de que, além do ensino, pesquisa e extensão, as universidades devem promover a inovação por meio das parcerias com outras instituições, sejam públicas ou privadas (ROCZANSKI, 2016).

As UFS compreendem particularidades que as diferenciam das demais instituições de ensino. Dentre os aspectos relevantes de diferenciação, destaca-se a forma como é realizado o financiamento das UFs, que se dá da seguinte maneira: a maior parte do orçamento advém das verbas disponibilizadas pelo Governo Federal, que figura como o principal responsável pela manutenção destas instituições, a outra parcela, em montante bem inferior é adquirida por meio da arrecadação de receitas própria de cada instituição. Cumpre salientar que, o orçamento encaminhado pelo Governo decorre principalmente dos recursos públicos e dos impostos pagos pela sociedade (DUARTE E OLIVEIRA, 2012).

Visando garantir o orçamento necessário para o funcionamento das universidades, a Lei 9394/1996, que trata das diretrizes e bases da educação nacional, dispõe em seu artigo 55 que: “Caberá a União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos provenientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas” (BRASIL, 1996). Da mesma maneira, a Constituição Federal de 1988, assegura em seu artigo 212 que a União destinará ao menos 18% da receita proveniente de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988).

Em relação à parcela de financiamento das universidades referente às receitas próprias, cumpre salientar que as instituições possuem a premissa de realizar atividades que ocasionem retorno financeiro. Dentre as atividades estão os aluguéis de espaços pertencentes à universidade, convênios ou contratos de consultoria firmados com outras instituições públicas ou privadas, dentre outras (ARAÚJO, SIENA E RODRIGUEZ, 2018).

2.2 Avaliação da atividade científica e da academia

Conforme já mencionado, as UFs são órgãos públicos, dessa forma, têm como principal financiadora, a sociedade. Por tal razão, o dever apresentar os resultados alcançados é inerente às UFs, tendo em vista que, dessa maneira, há um retorno à comunidade acerca dos resultados obtidos através da utilização dos recursos utilizados, advindos do Governo.

Os principais meios de avaliação, mensuração e divulgação dos resultados obtidos pelas universidades são: 1] os Rankings (ORDORIKA, 2015; VALMORBIDA, 2015); 2] os Indicadores, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, as avaliações do ensino superior realizadas pela CAPES (BOYNARD, 2013); e ainda, 3] os Indicadores de Gestão exigidos pelo TCU (FERREIRA, SANTOS e PESSANHA, 2013; BOYNARD, 2013).

Existem rankings mundiais, nacionais e regionais, que utilizam de indicadores próprios e metodologias diversas para classificar as universidades, e, conseqüentemente, apresentam diferentes níveis de credibilidade e impacto na sociedade. Considerando a visibilidade oferecida pelos rankings para as universidades, eles estão cada vez mais ocupando espaço nos debates referentes às instituições que os compõem (ORDORIKA, 2015).

Os indicadores utilizados para avaliar as universidades que compõem os rankings são selecionados de acordo com o propósito para o qual os mesmos foram criados. Em um levantamento realizado em sua pesquisa, Valmorbida, et al (2015) identificaram que os indicadores mais utilizados para realizar a classificação dos rankings são: 1] a reputação da universidade/aceitação dos alunos pelo mercado; 2] os artigos da instituição publicados; 3] os artigos da instituição indexados em bases de dados internacionais; 4] o número de artigos da instituição citados por outros pesquisadores; 5] a infraestrutura financeira, administrativa e de pessoal; 6] o número de pesquisadores da instituição citados por outros trabalhos; 7] a relação professor/aluno; 8] os indicadores de desempenho acadêmico de retenção e conclusão; 9] a abertura para estudantes estrangeiros; e 10] a satisfação dos alunos (VALMORBIDA, et al, 2015).

Em relação aos indicadores, especificamente no caso das Instituições de Ensino Superior, são compostos por dois tipos, quais sejam: indicadores de gestão e indicadores de qualidade (BOYNARD, 2013). Os indicadores de gestão são definidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, por meio da Decisão 408/2002. Mencionada decisão determina que as IFES são obrigadas a apresentar anualmente em um documento nomeado de relatório de gestão, os seguintes indicadores:

“1. Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente e Custo Correntes em HU / Aluno Equivalente: destaca as despesas correntes por aluno; 2. Aluno Tempo Integral/ Professor Equivalente: mensura o número de alunos atendidos por professor; 3. Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HU e Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU: mostra a relação entre força de trabalho administrativa e o número de alunos; 4. Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente e Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente: expressa a composição dos recursos humanos, relacionados às atividades meio e fim da instituição; 5. Grau de Participação Estudantil (GPE): indica o percentual de alunos da graduação com dedicação em tempo integral ao curso; 6. Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG): demonstra a intensidade do envolvimento discente com a pós-graduação; 7. Conceito CAPES para a Pós-Graduação: determina a qualidade dos cursos de pós-graduação, stricto sensu, avaliados pela CAPES; 8. Índice de Qualificação do Corpo Docente: evidencia o nível de qualificação dos docentes da instituição; 9. Taxa de Sucesso na Graduação (TSG): representa a relação entre o número de diplomados e número total de alunos ingressantes” (BOYNARD, 2013).

Além de servir como ferramenta de prestação de contas, o TCU instituiu os indicadores como meio de identificar boas práticas na gestão das universidades para aplicá-las nas demais instituições. Ademais, os indicadores devem ser observados, para que sejam identificadas áreas deficitárias da gestão que necessitam de intervenção, visando o atingimento de metas e melhorias nos resultados das UFs (FERREIRA, SANTOS e PESSANHA, 2013).

Embora os indicadores de gestão envolvam finalidades imprescindíveis para a boa condução das universidades, algumas falhas são identificadas em sua aplicação, como por exemplo, o fato de os mesmos indicadores serem aplicados para instituições de ensino com características distintas (Universidades, Faculdades e Institutos). Ademais, deve ser levado em consideração o fato de que os indicadores analisam, de forma prioritária, o desempenho discente, não servindo como base para avaliações da gestão (FERREIRA, SANTOS E PESSANHA, 2013).

Visando mitigar as deficiências dos indicadores de gestão, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração – FORPLAD, por meio de um grupo de trabalho criado em 2017, elaborou uma proposta de novos indicadores que se enquadrem de maneira mais realística às Universidades Federais brasileiras (FORPLAD, 2017).

Os indicadores de qualidade decorrem do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, com o intuito de avaliar as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. São divulgados anualmente os seguintes indicadores: 1] Conceito ENADE; 2] Conceito Preliminar de Curso (CPC); 3] Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC); e 4] Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD). Para a elaboração dos indicadores de qualidade são considerados o resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, bem como outros dados constantes na base de dados

do Ministério da Educação (BOYNARD, 2013).

Fernandes, Griboski e Meneghel (2017) apontam que os indicadores apresentados pelo SINAES não são suficientes, e que há necessidade de produzir novos que retratem a qualidade da educação superior e que sejam acessíveis e entendíveis tanto aos tomadores de decisão quanto à comunidade acadêmica e à sociedade no geral. Os autores afirmam ainda que, adotando essas atitudes, haveria um fortalecimento da transparência.

Existem classes de receptores dos indicadores, que vão desde a sociedade até os acadêmicos e tomadores de decisões sobre políticas públicas, e, para que os indicadores cumpram com a sua finalidade de subsidiar o processo de tomada de decisões, é necessário que sejam elaborados para que sejam inteligíveis a todas as classes de indivíduos para o qual são destinados. Dessa forma, a utilização de fórmulas indecifráveis na elaboração de indicadores destinados à sociedade, não terão validade. Da mesma maneira, para que os indicadores sejam úteis aos especialistas e pesquisadores, surge a necessidade de que estejam devidamente baseados em dados estatisticamente defensáveis (FERNANDES, GRIBOSKI e MENEGHEL, 2017).

A necessidade de indicadores que sejam adaptados à realidade das instituições que irão utilizá-los, fez com que no contexto Ibero-Americano, além da adoção dos manuais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os países adaptem tais manuais e proponham indicadores que se enquadrem às suas especificidades. A Rede de Indicadores de Ciencia y Tecnologia – Iberoamericana e Interamericana (RICYT), é uma das principais precursoras destas adaptações (MARICATO, MACÊDO, 2017).

A necessidade de novos indicadores é destacada pelos autores Fernandes, Griboski e Meneghel (2017), que chamam atenção para o fato de que é dever das universidades e direito da sociedade que haja a oferta de educação pública de qualidade. Os autores alegam ainda, que o uso de indicadores no formato de ranqueamento e competitividade deve dar lugar ao uso de “informações específicas e valorizadas na construção e reconstrução dos projetos pedagógicos dos cursos, dos Planos de Desenvolvimento Institucional das IES, no Plano Nacional de Educação e nos Planos de Governo” (FERNANDES, GRIBOSKI E MENEGHEL, 2017).

Ainda, sobre as fragilidades dos meios de mensuração dos resultados das universidades, vale ressaltar que os rankings avaliam somente quesitos específicos das universidades, e não abrangem todos os aspectos envolvidos nessas organizações (VANZ, et al, 2018). Ademais, as formas atuais de avaliação, resultam em uma universidade “voltada para si mesma e pouco efetiva em responder aos anseios da sociedade” (PLANETA et al, 2019).

Sobre a construção de novos métodos de avaliação do desempenho das UFs, alguns

aspectos da administração pública podem servir como parâmetro, tais quais a “maior redução de custos, maior grau de eficiência, comprometimento com o público, melhores práticas gerenciais” (SANTOS, et al, 2017). Ainda, para que haja a efetiva aproximação entre a universidade e a sociedade, e para que a comunidade se torne aliada da universidade e a defenda em eventuais confrontos e cortes de orçamento, é necessário a adoção de métricas e estratégias que demonstrem de maneira efetiva as contribuições advindas da ciência e das atividades acadêmicas (PLANETA et al, 2019).

Em sua pesquisa que aborda os sistemas de medição de desempenho, Tezza, Bornia e Vey (2010), demonstram que tais sistemas apresentam abordagens diversas, que estão em constante evolução, acompanhando as necessidades e modificações dos ambientes e dos indivíduos. Desta forma, pode-se fazer um paralelo com a situação das universidades, que estão em constante processo de mudança, e, por tal razão, é necessário que os meios de mensuração de resultados e avaliação, acompanhem mencionadas mudanças, para que sejam eficazes e cumpram com seus objetivos.

Planeta et al (2019) chamam atenção para a necessidade da adoção de indicadores de impacto social que contribuam para a transparência e diálogo com setores externos à academia. Afirmam ainda, que a proposição de novos indicadores e métricas “deve sempre privilegiar o ganho da sociedade como um todo, alinhando as necessidades e requisitos para que haja um investimento social efetivo e justo”.

Neste sentido, os autores propõem os seguintes indicadores:

- “1. Inclusão social Perfil socioeconômico dos alunos de graduação • % de egressos do ensino público • % de pretos, pardos e indígenas
2. Política de permanência estudantil • % do orçamento destinado à permanência estudantil • modalidades de apoio oferecidas aos estudantes
3. Cursos de extensão universitária • número de cursos oferecidos • número de alunos participantes
4. Inserção na comunidade local • horas (alunos + professores) dedicadas a projetos de extensão universitária
5. Empresas associadas/filhas • número de empresas • geração de empregos diretos • faturamento
6. Inovação • Número de Patentes Licenciadas • Produtos gerados em parcerias com empresas • Contribuições com tecnologias em Mobilidade Urbana, Segurança Pública, Habitação, Meio Ambiente.
7. Cultura • Equipamentos culturais disponibilizados ao público • Ações culturais institucionalizadas abertas ao público
8. Apoio à estruturação, implementação e avaliação de políticas públicas” (Planeta, et al, 2019).

De acordo com Maricato e Martins (2022), a necessidade de uma avaliação menos acadêmica e mais social, fez alguns rankings adotarem uma análise voltada para o impacto das

universidades para a sociedade, utilizando métodos avaliativos que consideram os valores social, cultural e econômico das instituições. Dentre os rankings, os autores destacam o *UI GreenMetric World University Rankings*, o *Sustainability Tracking, Assessment and Rating System (STARS)* e o *World's Universities with Real Impact (WURI)* e o *THE Impact Ranking*, sendo este, provavelmente o mais conhecido.

O *THE Impact Ranking*, considera em sua avaliação, o desempenho no cumprimento de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (THE – 2022). Para participar do ranking, as universidades devem comprovar iniciativas realizadas para cumprimento desses objetivos, e demonstrar por meio de evidências documentadas (MARICATO E MARTINS, 2022). Os ODS são os seguintes:

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos;
- Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia;
- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos;
- Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. (ODS, 2023).

No tocante à sustentabilidade, Marques, Santos e Aragão (2020), afirmam que dada à sua importância, o tema encontra-se em constante crescente, e, por tal razão as Instituições de Ensino Superior necessitam implementar ações acerca da sustentabilidade e prestar contas de seus resultados aos órgãos reguladores e à sociedade. Além disso, alegam que “a necessidade de uma gestão estratégica voltada para resultados e alinhada às dimensões da sustentabilidade torna-se uma premissa para essas instituições” (MARQUES, SANTOS E ARAGÃO, 2020).

Devido às suas funções de formar cidadãos, produzir conhecimento e gerar inovação, as universidades públicas possuem papel estratégico na promoção de iniciativas que incitem o desenvolvimento sustentável, e, desta forma, contribuem para a implementação dos ODS (MARQUES, SANTOS e ARAGÃO, 2020).

Tendo em vista a evidente contribuição das UFs para o atingimento dos ODS, e ainda, a abordagem do tema realizada pelo ranking THE, a Universidade de Brasília adotou algumas estratégias para integrar o ranking, dentre as quais, destacam-se a sistematização e disponibilização de informações relacionadas aos indicadores do THE, que podem ser implementadas em outras instituições que almejem compor o ranking (MARICATO E MARTINS, 2022). Da mesma maneira, em estudo realizado na Universidade Federal do Tocantins, concluiu-se que, para ingresso no ranking, é necessário que as universidades interessadas empreendam esforços para cumprimento dos objetivos sustentáveis dispostos no ranking (SOUSA, RODRIGUES, CANÇADO, 2021).

As análises realizadas permitem concluir que, embora possuam importância significativa para a boa condução das atividades das universidades, os métodos de avaliação apresentam fragilidades que vão desde os meios de escolha das dimensões a serem avaliadas, suas mensurações, até a forma utilizada de divulgação.

Denota-se que de fato existem informações que devem ser divulgadas para a sociedade, no entanto, por vezes, não atingem os reais interessados, tendo em vista os obstáculos que distanciam o acesso de tais informações pelos cidadãos, o que ocasiona aos mesmos, prejuízos decorrentes de ausência de conhecimentos, estímulos e informações, causando um afastamento da consciência de seus direitos e das possibilidades de participação nos órgãos públicos. Dessa forma, medidas devem ser adotadas para alcançar quem de fato carece de comunicação (DUARTE, 2008).

Para sanar o problema de ausência de comunicação aos cidadãos comuns, ou seja, aqueles externos à academia e não especialistas, é necessário que as organizações públicas interajam com a sociedade através dos meios de comunicação disponíveis. Mediante o rompimento das barreiras entre as UFs, na qualidade de órgãos públicos geradores de conhecimento, e a sociedade, é que será possível minimizar os problemas sociais (KUNSCK, 2012).

Para compreender as contribuições das unidades administrativas em especial, das auditorias internas das universidades no atingimento da aproximação que se faz necessária com a sociedade, é preciso conceituar mencionadas unidades e compreender como se dá o desenvolvimento de seus trabalhos, fatos que serão abordados no próximo capítulo.

2.2.1 Atuação das unidades de auditoria interna e externa.

De acordo com Santos, et al (2017), avaliar a instituições federais “significa determinar a orientação necessária para a tomada de decisão e, ao mesmo tempo, estabelecer novos rumos que melhorem a qualidade institucional”.

Como organizações públicas, uma das ferramentas de avaliação são as unidades de auditoria interna, que de acordo com as orientações normativas, “possuem a premissa de agregar valor às Instituições por meio de atividades de consultoria e avaliação” (CGU, 2017). Além disso, as auditorias internas são aliadas das organizações em que atuam, tendo em vista que podem ser consideradas como artifícios para auxiliar no controle das ações públicas (PINTO, et al, 2012).

Inicialmente, cabe descrever a diferença entre a auditoria externa e interna. A principal disparidade entre ambas é que, enquanto a auditoria externa é realizada por um auditor que não possui vínculo com a organização auditada, a auditoria interna é realizada por auditor pertencente ao quadro de trabalhadores (LEITÃO et al, 2018). Ademais, a auditoria externa geralmente é contratada para que os auditores emitam sua opinião sobre as demonstrações contábeis, e verifique se as mesmas estão adequadas. Já a auditoria interna visa fornecer informações acerca do funcionamento da organização aos administradores, servindo como aliada da gestão e abrangendo todas as áreas das organizações auditadas. Os relatórios de auditoria, fornecidos aos gestores ao final de cada trabalho, são utilizados pelos mesmos para que ações corretivas sejam adotadas, sanando eventuais erros, fraudes ou situações indesejadas encontradas durante a auditoria (LEITÃO, et al 2018).

Dessa forma, nota-se que a principal discrepância entre as auditorias externas e internas é que a primeira é realizada por um auditor ou equipe de auditoria fora do quadro de trabalhadores, contratada para a realização de trabalhos pontuais. Enquanto a auditoria interna refere-se a auditores que compõem o quadro funcional da organização e efetuam trabalhos constantes e em todas as áreas que integram a organização. Por ser desempenhada por uma equipe integrante do quadro de trabalhadores, a atuação das auditorias internas possibilita um aprofundamento acerca do funcionamento da organização como um todo, que não seria alcançável por equipes externas (LICZUK, 2012).

Nesta pesquisa iremos tratar do trabalho realizado pelos auditores internos, tendo em vista que este é o modelo de auditoria desempenhada pelas equipes nas UFs brasileiras.

2.2.2 Auditoria Interna Governamental nas Universidades Federais

A obrigatoriedade da implementação das unidades de auditoria interna nos órgãos governamentais adveio do Decreto 3591/2000, que dispõe em seu artigo 14 que as entidades da Administração Pública Federal indireta, inclusive as UF, deverão organizar e fornecer suporte de recursos humanos e materiais para as unidades de auditoria. O decreto justifica a necessidade da implementação da auditoria com o fato da mesma auxiliar no fortalecimento da gestão e na racionalização de ações de controle (BRASIL, 2000).

Ainda, no mesmo dispositivo legal, é possível verificar no artigo 15, que as auditorias das entidades públicas estão sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU). A fiscalização e orientação fornecidos pela CGU, possuem o intuito de agregar qualidade aos trabalhos realizados pelas equipes de auditoria interna e ainda, auxiliar no alcance de resultados mais satisfatórios (RODRIGUES, SAMPAIO E MACHADO, 2020).

As auditorias atuam tanto na análise dos resultados quanto nas fiscalizações das organizações, e, além de apresentar os resultados das avaliações de conformidade realizadas no decorrer da auditoria, apresentam eventuais soluções possíveis para o aprimoramento das instituições públicas (PINTO, et al, 2012). Além disso, vale salientar que as atividades desenvolvidas pelas auditorias internas percorrem todos os setores das instituições auditadas, e permitem auxiliar a administração a alcançar patamares superiores de eficácia e eficiência das atividades realizadas, bem como a atingir as metas e objetivos da área (OLIVEIRA et al, 2006).

As unidades de auditoria dos órgãos governamentais devem ser consideradas como aliadas da gestão no atingimento de seus objetivos, tendo em vista que seu papel extravasa a avaliação das áreas pertencentes à instituição auditada, pois deve buscar eficiência, assessorar na mitigação dos riscos e no alcance das metas e objetivos instituídos pela administração em seu plano estratégico (RODRIGUES E MACHADO, 2021). Ademais, por meio das revisões do controle interno e da emissão de recomendações, as auditorias internas devem buscar o fortalecimento das instituições auditadas (PINTO, et al. 2012).

Compete às auditorias internas, além de outras funções, verificar os controles internos em todas as áreas pertencentes às organizações em que atuam, especialmente naquelas que envolvem orçamentos, finanças, contratos, compras e licitações, obtendo como produto de seus trabalhos, a validação ou invalidação da eficácia, legalidade e segurança (MARÇOLA, 2011).

Nas UFs, é possível intuir que as auditorias internas amparam os gestores em diversos aspectos, dentre eles, destacam-se o auxílio no atendimento de recomendações emanadas por

órgãos externos (CGU e TCU), e o assessoramento de tomada de decisões, visando a adequação legislativa, normativa, economicidade e eficiência das mesmas, não restringindo sua atuação nas avaliações dos controles internos adotados pelas UF (REODRIGUES, 2019).

Além de ser uma ferramenta de controle indispensável para as instituições e aliada da gestão da administração pública, as auditorias internas detêm a característica de agente de controle social, vez que, por meio do desempenho de suas atividades, defendem o interesse de toda a sociedade, haja vista que o objeto da auditoria é o bem público (MARÇOLA, 2011).

Por meio do desempenho de suas atividades, os auditores internos das organizações públicas possuem a premissa de assegurar uma gestão efetiva dos recursos públicos, dessa forma, os dados obtidos por meio dos trabalhos de auditorias devem ser revertidos em informações úteis para a sociedade, permitindo o alcance de benefícios sociais e transformações benéficas nas ações e políticas públicas (OLIVEIRA et al, 2006).

O Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal – MOT, ressalta que a auditoria governamental possui algumas especificidades que a diferencia das demais auditorias, dentre as quais:

- “a) a obtenção e a análise de evidências relativas à utilização dos recursos públicos, a qual contribui diretamente para a garantia da accountability nas suas três dimensões, quais sejam: transparência, responsabilização e prestação de contas;
- b) a contribuição para a melhoria dos serviços públicos, por meio da avaliação da execução dos programas de governo e da aferição do desempenho dos órgãos e das entidades no seu papel precípua de atender à sociedade;
- c) a atuação com vistas à proteção do patrimônio público” (CGU, 2017) .

Diversos benefícios decorrem da atuação da auditoria interna nas organizações, especialmente o fato de as equipes de auditores avaliarem constantemente o controle interno da instituição além de minimizar possíveis apontamentos de órgãos de controle externo (BATISTA, 2011). Levando-se em conta que a auditoria possui o intuito de agregar valor à gestão e auxiliar no atingimento de suas metas e objetivos, seu trabalho deve ser realizado em harmonia com a gerência, com o intuito de que desta relação resultem melhorias e mudanças (SILVA E SENA, 2019). Pautados na legalidade, no bom gerenciamento de recursos públicos e na qualidade dos serviços prestados, os auditores ainda possuem a premissa de dar suporte às decisões dos gestores (MANABE E KAIMEN, 2012).

Tendo em vista todos os pressupostos inerentes às auditorias internas, as mesmas estão cada vez mais adquirindo notoriedade quando se trata da confiabilidade das informações contábeis, financeiras e administrativas. Tal fato torna as unidades de auditoria gradativamente relevantes nas organizações e na tomada de decisão dos gestores (RODRIGUES, SAMPAIO E

MACHADO, 2020). Além disso, quando se fala de órgãos governamentais, incluídas nestas organizações as UFs que, na característica de entidades públicas devem prestar contas da utilização de recursos, há de se considerar a relevância das auditorias internas, vez que desempenham papel extremamente significativo no que diz respeito ao sistema de gestão pública (FARIAS, et al, 2012).

Em relação ao dever de prestar contas, a Constituição Federal prevê em seu artigo 70 que:

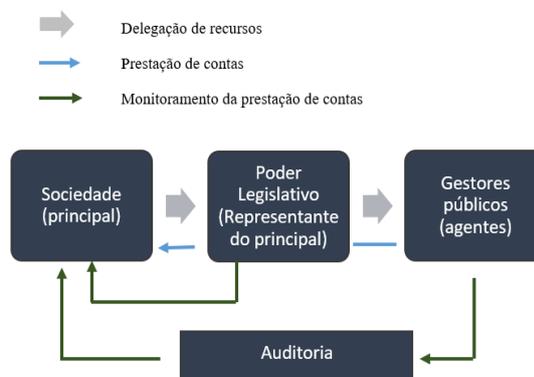
“A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária” (BRASIL, 1988).

Dessa forma, conforme previsão constitucional, em se tratando de órgãos públicos, quem assume o papel de tomador de contas é o poder legislativo. Logo, o dever dos gestores públicos de prestar contas se deve a este poder. Ocorre que, a auditoria deve considerar que seu cliente final é a sociedade como um todo, tendo em vista que esta é a verdadeira proprietária dos recursos despendidos ao Estado para manutenção de seus órgãos e realização do bem comum (TCU, 2011).

A relação entre as auditorias, as organizações públicas e a sociedade pode ser observada por meio da síntese apresentada na Figura 1.

Figura 1 - Relação da auditoria interna



Fonte: Adaptado do Tribunal de Contas da União (2011)

De acordo com discutido, é responsabilidade inerente ao gestor prestar contas ao poder legislativo, que mantém a característica de representante da sociedade. Este, por sua vez, deve prestar contas à comunidade. Cabe à auditoria fiscalizar esta relação e ainda, fornecer à sociedade informações acerca da mesma (TCU, 2011).

Corroborando ao que foi exposto, Marçola (2011) afirma que é inerente à administração pública a necessidade de prestar contas, e tal fato se deve como uma forma de satisfação à sociedade acerca da utilização dos recursos públicos. No entanto, para que haja a efetiva prestação de contas, é necessário que o administrador público possua conhecimento acerca dos atos e fatos de sua administração. Ocorre que, devido às densas estruturas da administração pública, por vezes, os gestores são incapazes de vivenciar e obter conhecimento acerca de todas as atividades da administração, e, neste ponto a auditoria interna atua como peça-chave, agindo como uma ferramenta de controle (MARÇOLA, 2011).

No desempenho das atividades, os auditores internos governamentais devem seguir alguns princípios estipulados pela CGU na IN 03 de 2017, que determina que os trabalhos de auditoria devem ser pautados pelos princípios da integridade, proficiência e zelo profissional, autonomia técnica e objetividade, alinhamento às estratégias, objetivos e riscos da unidade auditada, atuação respaldada em adequado posicionamento e em recursos apropriados, qualidade e melhoria contínua e na comunicação eficaz (CGU, 2017).

Os processos de auditoria são compostos por quatro fases, referentes ao planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento. Na fase de planejamento são realizados levantamentos preliminares dos processos realizados pela área que será auditada, além de análise dos principais riscos e controles existentes. Nesta fase, são delimitados os testes que serão executados e as técnicas que serão utilizadas (CGU, 2017).

A fase de execução consiste resumidamente na realização de testes por meio da aplicação de técnicas de auditoria, onde os auditores comparam a situação encontrada com a situação desejável. Os resultados desta comparação, ou seja, da avaliação realizada, devem estar amparados em evidências confiáveis, suficientes, fidedignas, relevantes e úteis. Os achados da auditoria podem gerar recomendações para a área auditada, que integrarão o relatório de auditoria. (CGU, 2017).

Após a finalização da execução da auditoria, a equipe deve comunicar os resultados dos trabalhos. Os resultados consistem na descrição da situação encontrada, análises e opiniões dos auditores, conclusões e recomendações sobre o objeto auditado. Os receptores dos resultados são principalmente a alta administração da área auditada, os gestores responsáveis pelo objeto auditado, outros órgãos públicos interessados e a sociedade de modo geral (CGU, 2017).

A forma de comunicação dos resultados mais utilizada nas auditorias internas é o relatório, que consiste em um documento técnico no qual a unidade de auditoria comunica o objetivo do trabalho, os testes realizados, conclusões e recomendações emitidas (CGU,2017).

Ainda acerca da comunicação dos resultados, a CGU descreve no MOT, o seguinte:

“A comunicação de resultados consiste na principal oportunidade para a atividade de auditoria interna reforçar o seu valor perante a organização, ressaltando o conhecimento dos auditores internos governamentais sobre os processos de negócios e a capacidade da auditoria interna de contribuir para o alcance dos objetivos da organização” (CGU, 2017).

Ademais, consta no Manual de Orientações Técnicas (MOT), que a forma recomendada para divulgação dos resultados dos trabalhos é a divulgação dos mesmos pela internet, mais especificamente pelos sites das organizações a que a unidade de auditoria está vinculada, exceto para trabalhos realizados em segredo de justiça (CGU,2017).

Por fim, a fase de monitoramento consiste no acompanhamento da implementação das recomendações emitidas. Esta fase deve ser realizada de forma permanente e contínua, visando a efetividade do trabalho de auditoria por meio da implementação das recomendações (CGU, 2017).

O Manual de Orientações Técnicas (MOT), prevê que durante o desempenho de suas atividades, as unidades de auditoria devem observar a autonomia técnica, o que significa que os trabalhos de auditoria devem ser realizados de forma imparcial e devem ser livres de interferências em todas as suas fases de execução (CGU, 2017).

Um aspecto importante previsto na legislação que auxilia as equipes de auditoria à preservarem sua autonomia técnica é a subordinação. Conforme prevê o Decreto 3591 de 2000, em seu artigo 15, a auditoria interna vincula-se ao conselho de administração ou órgão de atribuições equivalentes. O dispositivo legal determina ainda que, quando não houver no órgão um conselho de administração ou órgão equivalente, a auditoria deverá ser subordinada ao dirigente máximo da instituição, vedada a delegação a outra autoridade (BRASIL, 2000).

Desta forma, pode-se observar que a legislação reconhece a importância da auditoria interna nos órgãos governamentais, e, por este motivo, busca assegurar que os trabalhos desenvolvidos sejam realizados da melhor forma possível e sem interferência de elementos externos que possam influenciar os trabalhos do auditor.

Embora a importância das auditorias seja amplamente difundida no meio dos órgãos públicos, a atividade ainda é vista com maus olhos pelos gestores. Marçola (2011), atribui tal fato a dois motivos principais: a falta de conhecimento dos administradores sobre as funções

das auditorias internas e o receio de que a atuação da auditoria interna causará interferências na forma como os gestores conduzem as organizações. O estigma de que a auditoria é o órgão responsável por causar reprimendas e apontar erros, não permite que o gestor enxergue as unidades de auditorias internas de suas organizações como aliadas, fazendo com que os mesmos não reconheçam a premissa que tais unidades possuem de assessorar, amparar e apontar eventuais soluções para problemas (MARÇOLA, 2011).

No entanto, é necessário que os administradores públicos passem a notar que as atividades desempenhadas pelas auditorias internas buscam apenas e tão somente o aprimoramento das áreas, por meio da emissão de relatórios que apontam caminhos para implementação de boas práticas e melhorias dos controles internos (MARÇOLA, 2011). Os estigmas negativos que cercam as unidades de auditoria interna devem ser derrotados, haja vista que as equipes de auditorias são capazes de auxiliar a administração a atingir uma efetiva prestação de contas acerca de suas atividades (MARÇOLA, 2011).

Além do estereótipo negativo que os gestores enxergam nas auditorias internas, alguns fatores decorrentes da forma como as universidades são organizadas, bem como das questões orçamentárias que envolvem tais instituições, causam impactos no desempenho dos trabalhos desenvolvidos pelos auditores internos. Além disso, as legislações nacionais e internacionais vigentes, que versam sobre as auditorias não normatizam questões relevantes como a estrutura adequada, tampouco quanto à formação acadêmica necessária aos auditores, fatos que auxiliam em estruturas inadequadas e insuficientes para as auditorias internas das UFs (MATSUMOTO, 2019).

Neste sentido, Leite e Costa (2018), observaram num estudo de caso que a Instituição Federal de Ensino pesquisada detinha apenas quatro servidores lotados na auditoria interna, sendo um auditor-chefe e três auditores, que possuem a função de realizar os trabalhos de auditoria em 10 campi pertencentes à instituição. Tal situação pode ser observada também na UFSCar, que conta com duas servidoras responsáveis pelas auditorias dos 4 campi pertencentes à Universidade. A insuficiência de mão-de-obra nas auditorias internas pode ser atribuída aos cortes de recursos destinados às universidades, que impedem a contratação de novos servidores. Neste sentido, Stefani, Aguiar e Honório (2020), alertam em seu trabalho que as instituições federais de ensino podem atravessar algumas crises decorrentes das podas orçamentárias que estão passando.

A atuação das auditorias internas das universidades federais está sendo frequentemente abordada em trabalhos acadêmicos, conforme observa-se nas seguintes pesquisas: 1] unidades de auditoria da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica da Região

Nordeste, atuando na avaliação do desempenho organizacional (MATSUMOTO, 2019); 2] planejamento de atividades das unidades de auditoria interna das universidades federais (NETO, CRUZ E VIEIRA, 2007); 3] papel das auditorias internas na accountability das IES (FONSECA, JORGE E NASCIMENTO, 2020); 4] auditoria como instrumento de gestão pública na UFPB e UFRN (SOUZA, 2019); 5] desafios gerenciais enfrentados pelas auditorias internas das IES (SCHMITZ, 2017); 6] competências dos auditores internos das IES (AMORIM, PAULA E OLIVEIRA, 2020); 7] perfil das auditorias internas nas UFs (RODRIGUES, SAMPAIO E MACHADO, 2020), entre outras. Cumpre salientar que o levantamento de trabalhos que abordam as auditorias internas das UFs foi apenas taxativa, e não exaustiva, vez que este não era objetivo desta pesquisa. No entanto, buscou-se demonstrar que embora existam vários trabalhos que tratam das atuações das auditorias, os mesmos não abordam as contribuições das unidades para a construção e melhoria dos indicadores sociais, especialmente àqueles relacionados aos 17 ODS.

Pode-se concluir que, embora os benefícios das auditorias internas sejam notórios nas instituições em que atuam, alguns percalços são enfrentados pelos auditores, que vão desde estrutura inadequada até a ausência de apoio e conhecimento por parte da gestão. No entanto, tais fatos não impedem que as auditorias internas atuem em prol das UFs e da sociedade.

3. MÉTODO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

3.1 Abordagem da pesquisa, tipologia e método

Além do embasamento teórico, é essencial que a pesquisa esteja devidamente fundamentada nos procedimentos metodológicos, com a intenção de que os dados coletados sejam confiáveis, consistentes, coerentes e devidamente tratados e analisados. Dessa forma, a apresentação da abordagem, tipologia e método utilizados na execução da pesquisa é requisito de suma importância para assegurar a qualidade dos resultados a serem alcançados com a investigação.

Inicialmente, em relação à abordagem, as pesquisas recebem a classificação de qualitativas ou quantitativas. Para Silva e Menezes (2001) a pesquisa quantitativa é quantificável e permite traduzir em números opiniões e informações, para que seja possível realizar posteriormente a classificação e análise das mesmas. Já a pesquisa qualitativa considera que as relações são cercadas de subjetividade, e por tal razão, não utiliza métodos e técnicas estatísticas em sua aplicação, considerando o pesquisador como instrumento-chave da pesquisa, vez que tendem a analisar os dados coletados de forma indutiva.

Neste sentido, Fonseca (2002), afirma que: “a pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Em contrapartida, alega que a pesquisa quantitativa é cercada de objetividade e considera que “a realidade só pode ser compreendida com base em análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros” (FONSECA, 2012).

Desta forma, a presente pesquisa será classificada como quanti-qualitativa, vez que num primeiro momento será realizada uma análise quantitativa dos dados, que determinará os resultados que serão analisados posteriormente por meio de uma perspectiva qualitativa, onde pretende-se que seja possível a identificação de boas práticas nas unidades de auditoria interna, que possam auxiliar na transparência entre a universidade e a sociedade.

No tocante aos objetivos, as pesquisas podem ser classificadas como exploratórias, descritivas e explicativas (Gil, 2017):

- Pesquisa exploratória: geralmente possui um planejamento flexível, tendo em vista que considera diversos aspectos relevantes ao fenômeno estudado e visa criar uma familiaridade com o problema, para que seja possível realizar a construção de hipóteses (GIL, 2017).

- Pesquisa descritiva: objetivam descrever características de determinada população ou fenômeno. Também, podem ser utilizadas para identificar possíveis relações entre variáveis (GIL, 2017).
- Pesquisa explicativa: É caracterizada quando a pesquisa busca identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos (GIL, 2017).

A finalidade da pesquisa será considerada exploratória, tendo em vista que por meio da análise dos dados coletados, busca-se a aproximação com o universo de atuação das auditorias internas das UFs, para que seja possível identificar viabilidade da utilização dos trabalhos de auditoria interna para a construção e melhoria de indicadores sociais nas Universidades Federais brasileiras com a consequente aproximação entre as UFs e a sociedade.

Por fim, o método utilizado na pesquisa será o de análise de documentos, tendo em vista que, conforme menciona Garcia, et al (2016), por meio deste tipo de pesquisa, é possível obter informações que não seriam localizadas em livros ou que não poderiam ser obtidas por meio de outros métodos. Logo, considerando que os resultados desta pesquisa se embasarão na análise dos relatórios de auditorias internas das UF, disponíveis nos *sites* das unidades, a mesma enquadra-se perfeitamente no método análise de documentos.

Garcia, et al (2016), chamam atenção para o fato de que o método de análise de documentos traz vantagens sobre outros métodos, haja vista que, considerando a natureza dos documentos, é possível eliminar parte da influência exercida pela presença ou intervenção do pesquisador. Ainda sobre as vantagens do método de análise documental, Sá-Silva et al (2009, p.2), afirmam que sua utilização “possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural”.

Os documentos utilizados na análise documental podem ser de primeira mão, ou seja, aqueles que ainda não receberam tratamento analítico ou de segunda mão, que correspondem àqueles que receberam tratamento analítico (GIL, 2008). Os relatórios de empresas e órgãos governamentais são considerados de segunda mão o que torna sua análise semelhante àquela adotada em pesquisas bibliográficas (GIL, 2017).

Ante as semelhanças entre a pesquisa documental e a bibliográfica, cabe ressaltar as diferenças entre ambas. No tocante aos documentos, aqueles utilizados nas pesquisas bibliográficas são elaborados com objetivos exclusivos e para públicos específicos, já os que compõem a pesquisa documental são elaborados com finalidades diversas. A fonte pode ser considerada documental quando o material utilizado é interno à organização, em contrapartida, é bibliográfica quando obtida em bibliotecas e bases de dados (GIL, 2017). Desta forma, tendo em vista a natureza dos documentos utilizados esta pesquisa enquadra-se na categoria de

pesquisa documental.

O escopo da presente pesquisa delimita-se na atuação das auditorias internas das UFs brasileiras, que conforme amplamente difundido por meio da bibliografia, tratam-se das instituições de ensino superior com extrema relevância para o desenvolvimento social e econômico do país. Além de sua evidente contribuição ao desenvolvimento científico e tecnológico, reconhecido através dos rankings universitários e pela institucionalização da sua atuação na sociedade brasileira (ALVARENGA e OHAYON, 2021).

Por tal motivo, tendo em vista a notoriedade das UFs perante a sociedade, bem como os benefícios ofertados por meio de sua atuação, as informações contextuais abarcarão somente as UFs, não abrangendo as demais tipologias de instituições de ensino superior.

A população brasileira total de UFs no Brasil consiste em 69 unidades distribuídas entre os Estados da Federação. Cumpre salientar que o último censo disponibilizado no ano de 2020, contém dados referentes ao ano de 2019 e não engloba os dados inerentes à Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, que foi inaugurada em 2019. Dessa forma, embora o censo conte com 68 UFs (INEP, 2020), e levando-se em consideração que a Universidade Federal do Norte do Tocantins não está contemplada, porém, atualmente está em funcionamento, nesta pesquisa conclui-se que atualmente existem 69 UFs.

A amostra analisada compreendeu 286 relatórios de auditorias recuperados nos sites institucionais de 33 UFs brasileiras. Os relatórios de auditoria utilizados na presente pesquisa foram recuperados nos sites oficiais das auditorias internas das 33 UFs brasileiras. Após identificação e ingresso nos mencionados sites, foram realizadas buscas e recuperação (*download*) dos relatórios de auditoria referentes aos anos de 2019 e 2020. A delimitação temporal do período de análise está relacionada à capacidade operacional da pesquisadora, a complexidade e a extensão dos documentos, e ainda, ao número expressivo de relatórios de auditoria existentes dentro do período delimitado. Ademais, embora a CGU recomende no MOT (CGU, 2017) que os relatórios sejam disponibilizados nos sites das Auditoria Internas, algumas unidades não disponibilizam os documentos, e, por tal razão, deixaram de compor a amostra analisada.

Vale ressaltar ainda, que a recuperação dos relatórios não abrangeu o ano de 2021, tendo em vista que devido à excepcionalidade causada pela Pandemia da COVID-19, assim como os demais setores das UFs, as auditorias internas tiveram seus fluxos de trabalho afetados. Tal fato pode ser observado no quantitativo de relatórios recuperados no ano de 2019, que totalizaram 181, contra os 105 referentes aos trabalhos realizados no ano de 2020, quando o mundo já estava sob os impactos da pandemia.

Outro aspecto relevante é que a recuperação dos relatórios se deu até a data de 23/08/2021, desta forma, quaisquer documentos disponibilizados após esta data não compõem a amostra analisada. O Quadro 1 compreende a distribuição dos 286 relatórios (amostra analisada) por UF.

Tabela 1 - Relatórios analisados por Universidade e ano de emissão

Universidade	Relatórios 2019	Relatórios 2020	Total
UFABC	2	2	4
UFAL	8	6	14
UFFS	3	2	5
UFGD	5	0	5
UFMS	15	4	19
UFMT	5	7	12
UFOB	0	5	5
UFOP	2	2	4
UFOPA	4	2	6
UFPB	3	0	3
UFPE	10	6	16
UFPEL	2	0	2
UFRA	0	4	4
UFRB	6	4	10
UFRN	13	11	24
UFRR	5	3	8
UFSB	1	2	3
UFSC	4	2	6
UFSCAR	5	5	10
UFSJ	8	4	12
UFSM	7	1	8
UFT	5	2	7
UFTM	7	2	9
UFV	8	0	8
UFVJM	5	3	8
UNB	3	1	4
UNIFAL	4	0	4
UNIFAP	5	5	10
UNIFEI	7	5	12
UNILAB	7	7	14
UNIPAMPA	7	1	8
UNIRIO	5	0	5
UTFPR	10	7	17
	181	105	286

Fonte: Dados da pesquisa

A amostragem utilizada se deu por acessibilidade que, conforme menciona Gil (2008), corresponde a um tipo de amostragem onde o pesquisador seleciona elementos que tem acesso e admite que os mesmos representam todo o universo. O autor menciona ainda, que este tipo de amostragem geralmente é aplicado em estudos exploratórios (Gil, 2008), que é o caso da presente pesquisa.

Ademais, a amostragem utilizada foi não probabilística intencional que tem como característica principal a não utilização de formas aleatórias de seleção (MARCONI E LAKATOS, 2003), tendo em vista que foram utilizados como amostras, todos os relatórios de auditoria disponibilizados, dentro da delimitação temporal, pelas Universidades Federais em seus *sites*.

3.2 Desenvolvimento da pesquisa

Esta pesquisa foi iniciada por meio da formulação do problema, compreendendo a necessidade e o desafio das UFs brasileiras desenvolverem indicadores sociais, que sejam eficazes na comunicação com a sociedade, indicando o seu impacto social e econômico, com base 17 objetivos de desenvolvimento social.

Após a identificação do problema, foi realizada a seleção das fontes de dados suficientes para a condução da investigação, considerando-se como principal fonte de informação os *sites* das auditorias internas das UFs, vez que contém os documentos necessários, quais sejam, os relatórios de auditorias utilizados como amostras nesta pesquisa. A obtenção dos relatórios se deu por meio de acesso aos sites institucionais oficiais das auditorias internas, restringindo a busca aos documentos inerentes aos anos de 2019 e 2020.

Após a recuperação dos relatórios, com base na moldura analítica apresentada por meio da Figura 3, os documentos foram analisados e as observações organizadas em planilhas eletrônicas do software MS Excel e quantificadas com o apoio do software Vantagepoint. As análises realizadas permitiram a elaboração de um conjunto de indicadores estatísticos, devidamente apresentados na seção correspondente aos resultados da pesquisa.

Por fim, a última etapa envolveu a redação do relatório, contendo a discussão dos resultados das análises realizadas no decorrer da pesquisa. A Figura 2 apresenta uma síntese dos procedimentos utilizados nesta pesquisa.

Figura 2- Etapas da pesquisa

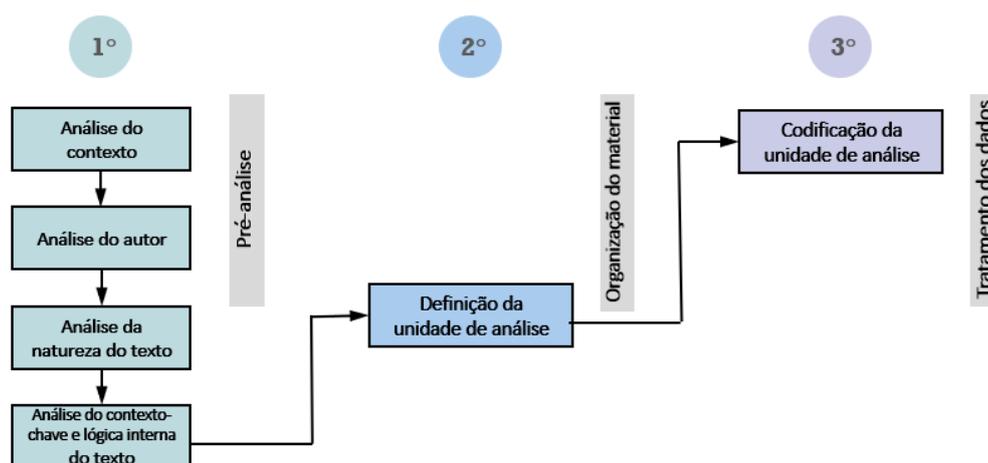


Fonte: Adaptado de Gil, 2017

3.3. Análise e interpretação dos dados

Conforme sintetizado por meio da Figura 03, a etapa de análise e interpretação dos dados compreendeu três fases: pré-análise, organização e análise das informações (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009).

Figura 3 - Fases da análise documental



Fonte: Adaptado de Sá-Silva, Almeida e Guidani (2009)

Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), durante a pré-análise dos documentos alguns aspectos essenciais devem ser observados para que os documentos possam ser considerados válidos para a pesquisa. Inicialmente, deve-se observar o contexto histórico sob qual o documento foi produzido, o universo sócio-político em que o autor está inserido e o público para o qual o documento foi direcionado. Em seguida, é necessário conhecer o autor, para que seja possível identificar quais as razões que o levaram a escrever o documento analisado.

Nesta pesquisa, os documentos analisados referem-se aos relatórios de auditorias disponibilizados nos sites das unidades de auditoria das 33 UFs que compõem a amostra, no intervalo dos anos de 2019 e 2020. A delimitação temporal possibilita identificar o contexto histórico, e ainda, entender a motivação dos autores para elaboração dos documentos, que são decorrentes dos resultados dos trabalhos de auditoria, onde os autores são os próprios auditores lotados nas unidades de auditorias internas das UFs.

Ainda na fase de pré-análise, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), afirmam que é necessário assegurar a autenticidade e confiabilidade dos documentos analisados, bem como a

natureza do texto. Todos os documentos utilizados nesta pesquisa foram extraídos dos sites oficiais das auditorias internas das UFs que compõem a amostra, desta forma, trata-se de documentos recuperados diretamente da fonte e que não passaram por alterações externas realizadas por pessoas que não sejam autores dos mesmos, o que assegura a autenticidade e confiabilidade.

Finalizando a fase de pré-análise, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), asseveram que há necessidade de prestar atenção aos conceito-chave contidos no texto examinado, bem como deve-se examinar a lógica interna sob o qual o mesmo foi desenvolvido, extraindo informações acerca das partes principais da argumentação. Tal exame é extremamente útil quando se comparam documentos da mesma natureza, como ocorre na presente pesquisa. Visando cumprir com essa fase, durante a pré-análise dos relatórios, foram observadas a estrutura e consequentemente, os termos mais utilizados e comuns nos documentos analisados.

Após a pré-análise, houve a seleção da unidade de análise, que consiste na seleção de segmentos específicos do conteúdo, para fazer a análise (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009). Devido à extensão e complexidade dos relatórios de auditoria, as unidades de análise foram extraídas da capa, contracapa, introdução e escopo e recomendações dos mencionados documentos. Dessa forma, itens localizados fora da delimitação, foram considerados como não localizados.

Tendo em vista o escopo desta pesquisa, partes específicas (campos) dos documentos foram selecionados para compor a unidade de análise:

- a) Instituição auditada, que se refere à universidade que sofreu a auditoria e, dessa forma, trata-se de item essencial para análise dos dados;
- b) Data da auditoria, que se refere ao período em que a auditoria foi realizada, e é necessária para a condução da pesquisa, tendo em vista que a delimitação temporal deve ser a mesma para todos os documentos analisados, evitando, dessa forma, inconsistências nos resultados;
- c) Tema ou objeto auditado, cuja importância se deve ao fato de que por meio dos objetos auditados, é possível identificar o que é mais abordado pelas auditorias das universidades federais, quais são as semelhanças entre as unidades das universidades que compõem a amostra, dentre outras informações que se fizerem pertinentes ao objeto da pesquisa;
- d) Área auditada, que por sua vez, possui grande representatividade para os resultados que se buscam com a pesquisa, pois permite verificar quais as áreas mais abordadas pelas auditorias, bem como torna possível identificar as

semelhanças e diferenças com as auditorias realizadas nas universidades que compõem a amostra. Das unidades de análise expostas, foram extraídos os dados que serão tratados na fase seguinte;

- e) Recomendações, que foram analisadas com o intuito de verificar a presença de abordagens diretas que pudessem contribuir para áreas relacionadas aos ODS.

Por fim, foi realizada a categorização das unidades de análise, ou seja, as informações analisadas, extraídas das unidades de análise selecionadas na fase anterior, foram exploradas e combinadas, acarretando a formação de relações e associações entre as mesmas (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Tendo em vista a necessidade e o desafio das UFs brasileiras desenvolverem indicadores sociais, que sejam eficazes na comunicação com a sociedade, indicando o seu impacto social e econômico, com base 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. Foi empreendido um conjunto de iniciativas na investigação da relação da atuação das unidades de auditoria com os métodos utilizados na avaliação do desempenho das universidades, por meio da análise documental (GARCIA et al, 2016; SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUIDANI, 2009; GIL, 2008; GIL, 2017) de 286 relatórios de auditoria e suas recomendações, provenientes das unidades de auditoria de 33 UFs. Esse conjunto de iniciativas foi norteado pelo objetivo geral desta pesquisa que compreendeu a investigação das contribuições das unidades de auditorias das UFs brasileiras, para a melhoria dos seus indicadores sociais, com base 17 objetivos de desenvolvimento sustentável.

Os resultados alcançados englobam o conjunto de indicadores sobre a:

- a) Caracterização, similaridades e dissemelhanças na atuação das unidades de auditorias das UFs, visando auxiliar a compreensão do contexto de atuação e das práticas das unidades de auditorias, envolvendo a identificação dos objetos e áreas auditadas;
- b) identificação da relação entre as recomendações das unidades de auditorias e sua contribuição para a elaboração e melhoria dos indicadores sociais das UFs, especialmente aqueles relacionados aos 17 objetivos do ODS.

4.1 Caracterização da atuação das unidades de auditorias das UFs

Visando verificar o comportamento das auditorias internas das UFs, alguns dados extraídos dos relatórios de auditorias internas das Universidades Federais que compõem a amostra foram analisados, com o intuito de identificar fatores que impactam positiva e negativamente a execução dos trabalhos desempenhados pelas auditorias e que estejam resultando em ausência de publicização, dificuldades na interpretação ou comparação dos mesmos, e tornando inviável o acesso dos documentos pela sociedade.

A primeira análise realizada refere-se à publicação dos relatórios, e possui o intuito de identificar o comportamento das auditorias internas das universidades federais em relação à divulgação dos trabalhos realizados. A análise se deu por meio do acesso aos *sites* institucionais das auditorias internas das 69 UFs existentes no Brasil, onde foram realizadas buscas dos relatórios referentes às auditorias executadas nos anos de 2019 e 2020.

Através das análises sobre a disponibilização dos relatórios, é possível observar que apenas 33 unidades de auditoria (descritas na Tabela 1) das 69 UF's, ou seja 47,82% das auditorias internas das UFs publicam seus trabalhos nos *sites* oficiais. Vale salientar que a publicação dos relatórios é prática orientada pela CGU que trata-se do órgão fiscalizador e regulador das atividades de auditoria interna dos órgãos governamentais. Mencionada orientação possui fundamento no princípio constitucional da publicidade (CGU, 2017). Desta forma, é possível concluir que as unidades de auditoria que não disponibilizam seus trabalhos, além de estarem em contrariedade à prática orientada pelo órgão fiscalizador, dificultam o acesso aos documentos pela sociedade, órgãos de controle, comunidade acadêmica, e demais interessados.

A segunda abordagem realizada permitiu analisar comportamentos das auditorias internas referentes à disponibilização das áreas auditadas nos relatórios, e o objetivo da análise é averiguar a presença de informações acerca das áreas auditadas nos relatórios de auditoria. Para a verificação, a unidade de análise referente à área auditada foi consultada nos relatórios que compõem a amostra e por meio de planilha MS Excel, foram agrupadas as UFs que disponibilizam ou não o nome das áreas auditadas em seus relatórios.

Por meio da Tabela 02, é possível observar a quantidade de relatórios analisados por Universidade, bem como a porcentagem de documentos que mencionam a área. Os níveis de classificação (Tabela 02 e Figura 04) foram definidos pela pesquisadora seguindo as orientações do método de análise de documentos (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUIDANI, 2009), onde, a situação esperada é a menção da área auditada em todos os relatórios auditados. As unidades de auditoria que mencionaram as áreas em ao menos mais da metade dos relatórios publicados enquadraram-se na situação moderada. As UFs que mencionaram as áreas em metade ou menos foram alocadas na situação crítica.

A análise permitiu concluir que, embora a CGU disponibilize um *template* para a elaboração dos relatórios de auditoria (CGU, 2019), parte das UFs não aderem ao mesmo, deixando de incluir informações relevantes, como a área auditada, que trata-se de informação essencial para a identificação do trabalho realizado (CGU, 2019).

A inclusão da área que passou por auditoria nos relatórios permite que o leitor visualize a abrangência das áreas auditadas e, na medida em que mais áreas são auditadas, maior será o conhecimento da sociedade acerca do funcionamento da Universidade, em sua pluralidade de unidades organizacionais, extrapolando os dados disponibilizados atualmente por meios de divulgação de resultados acadêmicos e científicos.

Logo, é possível notar que a ausência da informação referente à área auditada nos

relatórios é um fator que dificulta a interpretação do documento e impede a comparação de informações extraídas dos relatórios de outras universidades que não seguem o mesmo padrão.

Ademais, foi possível verificar que algumas unidades de auditoria mencionam a área auditada em alguns relatórios elaborados, mas deixam de incluir a informação em outros, o que acarreta uma ausência de padronização em documentos da mesma instituição, que também pode ocasionar dificuldades para localização de informações necessárias para a interpretação do relatório. Por fim, de acordo com o resultado apresentado, é possível verificar que apenas 16, das 33 Universidades analisadas na amostra, enquadram-se no modelo disponibilizado pela CGU, o que deve ser considerado como boa prática nas mencionadas instituições.

Tabela 2 - Menção da área auditada nos relatórios

Universidade	Total de relatórios	Mencionam	Não mencionam	Classificação
UFPE	16	16		100,00
UFMT	12	12		100,00
UNIFAP	10	10		100,00
UFTM	9	9		100,00
UFT	7	7		100,00
UFOPA	6	6		100,00
UFFS	5	5		100,00
UFGD	5	5		100,00
UFOB	5	5		100,00
UNIRIO	5	5		100,00
UFABC	4	4		100,00
UFOP	4	4		100,00
UFRA	4	4		100,00
UNB	4	4		100,00
UFSB	3	3		100,00
UFPEL	2	2		100,00
UFRN	24	23	1	95,83
UFSM	8	7	1	87,50
UFV	8	7	1	87,50
UFVJM	8	7	1	87,50
UFSCar	10	8	2	80,00
UNILAB	14	11	3	78,57
UFSJ	12	9	3	75,00
UNIFAL	4	3	1	75,00
UFRR	8	5	3	62,50
UNIPAMPA	8	5	3	62,50
UFRB	10	5	5	50,00
UTFPR	17	7	10	41,18
UFSC	6	2	4	33,33
UNIFEI	12	3	9	25,00
UFAL	14	1	13	7,14
UFMS	19		19	0,00
UFPB	3		3	0,00

Fonte: Dados da pesquisa

Figura 4 - Legenda da Classificação

Escala de Classificação das Unversidades	
Níveis	Pontuação
Situação esperada	100%
Situação moderada	51 a 99 %
Situação crítica	0 a 50 %

Fonte: Níveis definidos pelo pesquisador

Vale lembrar que, dos relatórios 286 que compõem a amostra, 82 não mencionam as áreas auditadas em seus documentos (Tabela 2). Desta forma, foram considerados para a próxima análise, somente os 204 relatórios que incluem a informação acerca da área auditada nos relatórios de auditoria.

Reitera-se que as universidades federais brasileiras possuem autonomia para definir o nome de suas unidades organizacionais. Por tal motivo, nos relatórios analisados, foi possível identificar nomes distintos que tratavam das mesmas áreas, ou seja, verificou-se a ausência de padronização de nomenclatura. Para facilitar a interpretação dos dados da pesquisa, foi necessário realizar a categorização da unidade de análise, de acordo com a metodologia de análise de documentos (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUIDANI, 2009).

Inicialmente, foram localizadas 127 variações de nomes de áreas nos 204 relatórios que continham a informação (Anexo 3). Com o auxílio da ferramenta VantagePoint, as áreas que possuem a mesma finalidade foram agrupadas, e resultaram no Quadro 1. O total de relatórios apresentados no quadro em questão ultrapassam o número de 204 relatórios analisados, pois alguns relatórios apresentavam mais de uma área auditada. Os objetos auditados também foram categorizados e agrupados, e podem ser consultados no Anexo 4.

Quadro 1 - Áreas auditadas

Área	Relatórios
Pró-Reitoria de Administração	49
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	35
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários	24
Pró-Reitoria de Graduação	22
Centros	21
Pró-Reitoria de extensão	20
Pró-Reitoria de Planejamento	20
Instituição	12
Reitoria	11
Fundação	8
Prefeitura	8
Pró-Reitoria de Pós-Graduação	5
Educação à distância	4
Tecnologia da informação	4
Agência de Inovação	3
Decanato de pesquisa e inovação	2
Departamentos	2
Laboratório de inovação tecnológica em saúde	2
Pró-Reitoria de Pesquisa	2
Conselhos	1
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	1
Sistema integrado de bibliotecas - Sibi	1

Fonte: dados da pesquisa

A categorização das áreas e objetos auditados permitiu ainda, a verificação de dois fatores que auxiliam na compreensão da atuação das auditorias internas das universidades federais.

A primeira análise refere-se às áreas auditadas, e possui o objetivo de apresentar similaridades e diferenças no comportamento das auditorias internas, por meio da análise das áreas auditadas com maior frequência. A elaboração se deu por meio da seleção da unidade de análise “áreas auditadas” nos relatórios de auditoria, que foram devidamente transferidas para planilha MS Excel e posteriormente foram categorizadas e agrupadas com o auxílio da ferramenta VantagePoint.

Nota-se no Quadro 1, que as três primeiras áreas que aparecem com maior frequência nas auditorias são a Pró-Reitoria de administração, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, que tratam de questões administrativas das universidades federais. Em seguida, as áreas que mais aparecem são a Pró-Reitoria de Graduação, os Centros e a Pró-Reitoria de Extensão, que por sua vez, relacionam-se às atividades fim das universidades (ensino, pesquisa e extensão). Após, surge novamente uma área responsável por atividades meio das universidades, qual seja: Pró-Reitoria de Planejamento. As áreas mencionadas ocupam as 7 primeiras colocações nas áreas que mais aparecem nos relatórios e perfazem um total 74,3 % de todas as áreas auditadas nos relatórios que compõem a amostra.

As áreas referentes aos assuntos administrativos perfazem 67% do total, dentre as mencionadas áreas, enquanto as áreas relacionadas às atividades fim correspondem a 33%.

Figura 5 - Áreas auditadas



Fonte: Dados da pesquisa

Cumprе salientar que as três primeiras áreas que mais aparecem nos relatórios de auditoria, são responsáveis pelo manuseio de verbas das universidades referentes à contratos,

folha de pagamento de servidores, recursos do Pnaes, etc. Conforme Rodrigues (2019), apresenta em sua pesquisa, as auditorias internas das universidades que compuseram a análise utilizam como um dos critérios para o planejamento das auditorias e seleção das áreas que serão auditadas, a materialidade. O mesmo autor menciona que a materialidade é calculada conforme a representatividade dos valores sob responsabilidade da área em relação ao valor total do orçamento (RODRIGUES, 2019).

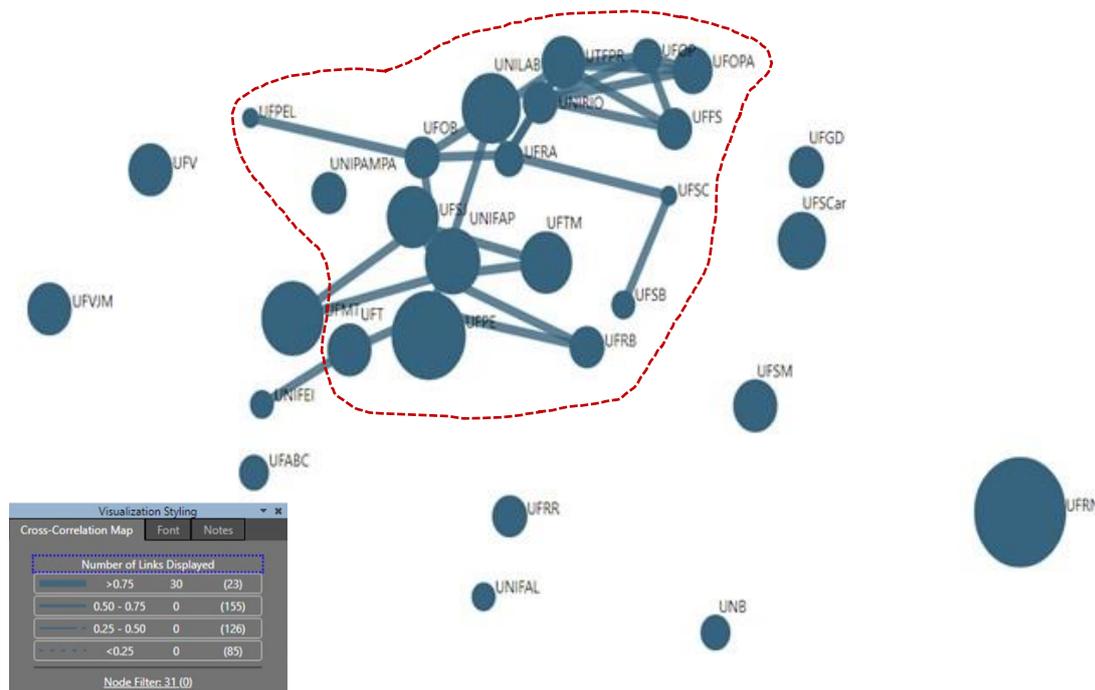
Desta forma, é possível concluir que a consideração da materialidade como um dos fatores computados para o planejamento das auditorias, faz com que as áreas auditadas com mais frequência sejam aquelas que possuem a responsabilidade de coordenar a utilização dos orçamentos de maior volume nas universidades, como demonstra o indicador apresentado.

Além das análises acima, ainda com o intuito de compreender o comportamento das unidades de auditoria, identificando as similaridades e dissemelhanças entre as universidades, foram elaborados os indicadores “Mapa de correlação cruzada entre as universidades, com base nas áreas auditadas” (Figura 05) e “Mapa correlação cruzada entre as universidades, com base nos objetos auditados” (Figura 06). Os mapas de correlação cruzada mostram os relacionamentos entre itens em uma lista com base nos valores de outra lista. Assim, os mapas de correlação cruzada (Figuras 05 e Figura 06) ilustram as unidades de auditoria das universidades que estão atuando em áreas e objetos semelhantes. Estes indicadores foram elaborados a partir da correlação entre as universidades, com base na identificação e tratamento das informações sobre áreas auditadas e objetos auditados.

O indicador “Mapa correlação cruzada entre as universidades, com base nas áreas auditadas” (Figura 06) foi elaborado, considerando 204 relatórios que fazem a indicação sobre áreas auditadas. Já o “Mapa correlação cruzada entre as universidades, com base nos objetos auditados” (Figura 07) foi elaborado considerando os 286 relatórios recuperados nos sites das UFs. No apoio para elaboração dos indicadores, foi empregada a ferramenta VantagePoint, utilizando os campos “universidades” para visualizar as diferentes universidades, e os campos “área auditada” e “objeto auditado”, para construir as relações entre as universidades.

Para reduzir a confusão visual, apenas as correlações cruzadas com maior significância de todo o conjunto de semelhanças possíveis são mostradas nos mapas. Na interpretação e análise das Figuras 06, as esferas representam as UFs, e o tamanho das esferas refere-se à quantidade de áreas auditadas pela UF, quanto maior a quantidade de áreas auditadas pela unidade de auditoria da UF, maior o tamanho da esfera no mapa. As linhas representam a intensidade da correlação cruzada entre as UFs, com base nas áreas auditadas.

Figura 6 - Mapa correlação cruzada entre as universidades, com base nas áreas auditadas



Fonte: Autora. 204 relatórios, compreendendo 24 áreas auditadas por 31 UFs.

O indicador Mapa correlação cruzada entre as universidades, com base nas áreas auditadas (Figura 06) possibilitou observar que a relação de maior significância entre as universidades foi a Administração. Conforme verifica-se no site institucional da Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal de São Carlos, a ProAd é responsável pela:

“gestão do orçamento, nas compras de materiais em serviços, contratação de fornecedores, estabelecimento de convênios com outras entidades, na gestão e execução dos atos financeiros, contábeis e patrimoniais, na gestão de processos administrativos, recebimento e expedição de correspondências, na gestão de alimentação, viagens, passagens e diárias e do registro de diplomas”. (UFSCar, 2023)

Nota-se que quase todos os processos possuem relação com questões financeiras, o que novamente confirma a significativa contribuição da materialidade nas áreas selecionadas nos planejamentos de auditoria (RODRIGUES, 2019). Tal fato reflete que as auditorias internas, embora englobem todas as áreas pertencentes às UFs, na maioria das vezes, devido à forma como é realizado o planejamento de suas atividades, acabam auditando áreas que possuem maiores recursos financeiros.

Ferreira, Santos e Pessanha (2013), alertam para a necessidade de ferramentas de divulgação dos resultados das UFs que abordem os dados financeiros e administrativos das instituições. Tendo em vista a característica do planejamento de trabalhos que abordam em sua

grande parte as áreas com maiores recursos financeiros nas UFs, as auditorias internas podem servir de aliadas no fornecimento das informações à sociedade, em complementação aos meios utilizados atualmente para divulgação dos resultados obtidos. No entanto, para que isso aconteça, novamente destaca-se a necessidade de publicação dos trabalhos das unidades de auditoria interna, para que todos os interessados possuam acesso aos dados que procuram.

Ademais, o indicador reflete que parte das universidades possuem ligações, o que demonstra a existência de áreas de atuação em comum entre as UFs, o que é relevante para fins de comparação de resultados entre as instituições, identificação de boas práticas que possam ser aplicadas às outras Universidades e no fornecimento de informações que permitam aprimorar e/ou implementar a construção de indicadores sociais.

A identificação da similaridade de interesses, com base nas áreas de atuação, das unidades de auditorias de diferentes Universidades, pode contribuir para a avaliação da atuação dessas instituições, ao permitir a comparação por meio dos resultados dos trabalhos dos auditores, fatores como alocação de recursos, utilização de ferramentas, boas práticas, práticas institucionais, entre outros, contribuindo para a melhoria da gestão organizacional e, conseqüentemente, para a transparência das informações institucionais das diferentes universidades.

A correlação entre universidades e áreas auditadas foi analisada com base no quantitativo de universidades e de áreas auditadas (Quadro 1), visando identificar as áreas auditadas de maior relevância para o contexto de atuação das auditorias internas das UFs. Vale salientar que a categorização das nomenclaturas das áreas auditadas realizada pela pesquisadora facilitou na interpretação dos indicadores, tendo em vista que a ausência de padronização dos nomes nas áreas das unidades, seria um dificultador na visualização das relações entre as UFs, ante a quantidade expressiva de nomes distintos para as áreas (Anexo 3).

O indicador apresentado por meio da Figura 06 compreende a correlação entre as universidades, com base nos objetos auditados (temas), e possui o objetivo de identificar similaridades de interesses entre as universidades, além da sua intensidade. Na amostra analisada foi possível identificar uma diversidade de formas utilizadas na nomenclatura dos objetos auditados. As orientações ofertadas pelo órgão fiscalizador e regulador (CGU), não estabelecem diretrizes sobre a padronização de nomenclaturas dos objetos, o que, somado à autonomia das universidades, gera complexidade e inviabilidade de se elaborar indicadores que possam ser utilizados de forma global, impossibilitando que tomadores de decisão da comunidade acadêmica, de órgãos governamentais, agências de fomento, ou mesmo, o cidadão não especialista, consigam fazer inferências comparando a atuação das diferentes

Tabela 3 - Percentagens de universidades e de objetos auditados

Total		Percentagem		Objeto auditado
Universidades	Relatórios	Universidades	Relatórios	
17	24	52	17	Transparência no relacionamento com a Fundação de Apoio
10	11	30	8	PNAES
9	10	27	7	Gerencia e fiscalização de obras da construção civil
8	8	24	6	Serviços terceirizados
7	7	21	5	Evasão e retenção discente
6	6	18	4	Gestão de transportes
6	6	18	4	Gestão do patrimônio
5	5	15	3	Atividades de extensão
5	5	15	3	Apuração de denúncia
4	22	12	15	Relatório de Gestão e Prestação de Contas
4	5	12	3	Gestão de riscos na Universidade
4	4	12	3	Diárias e passagens
3	5	9	3	Controles internos da Gestão de Pessoas
3	3	9	2	Adicionais ocupacionais
3	3	9	2	Bolsas e auxílios
3	3	9	2	Gestão e fiscalização de contratos
3	3	9	2	Receitas próprias
3	3	9	2	Sistemas de Gestão Acadêmica
2	3	6	2	Avaliação docente e progressão
2	3	6	2	Processos de admissão
2	2	6	1	Implantação do plano de integridade
2	2	6	1	Bolsas de extensão
2	2	6	1	Carga horaria docente
2	2	6	1	Concessão de bolsas
2	2	6	1	Concurso público docente
2	2	6	1	Contratos firmados pela Universidade
2	2	6	1	Educação à distância
2	2	6	1	Gestão das unidades do Restaurante Universitário

Fonte: Autora. 286 relatórios, compreendendo 145 objetos auditados por 33 UFs.

Por meio da análise foi observado que os objetos mais auditados foram a Transparência nas Fundações de Apoio (24 vezes) e o Relatório de Gestão ou Prestação de Contas (22 vezes), sendo que, ambos possuem determinação legal advinda do Tribunal de Contas da União e CGU para serem avaliados pela auditoria interna, decorrentes do Acórdão 1178/2018 TCU e Instrução Normativa 05, de 27 de Agosto de 2021 (TCU, 2018 e CGU, 2021). Desta forma,

conclui-se que, quando há determinação legal, ocorre uma maior padronização dos objetos auditados, tendo em vista que as auditorias internas possuem o dever de incluir os objetos em seus planejamentos de atividades.

Os demais objetos com maior percentual de auditorias realizadas (em destaque na tabela 3), são o PNAES, gerencia e fiscalização de obras na construção civil, serviços terceirizados e evasão e retenção discente. No tocante ao PNAES, o destaque pode se dar por dois motivos. Inicialmente, por sua característica social, tendo em vista que trata-se de um programa de assistência estudantil, destinado à manutenção de alunos de baixa renda nas universidades (MEC, 2020). Em segundo lugar, evidencia-se a materialidade, pois, em 2022, por exemplo, foram destinados mais de 1,07 bilhão de reais para as IFEs atenderem ao programa (MEC, 2020).

Em relação à gerencia e fiscalização de obras na construção civil, o TCU criou um manual que aborda o assunto, onde exprime a importância da fiscalização e gerência nas obras públicas, visando assegurar o cumprimento dos aspectos contratuais, técnicos e administrativos dos contratos, evitando danos para a administração pública (TCU, 2014). Desta forma, a relevância da auditoria no objeto em análise se deve à necessidade de assegurar a correta fiscalização e execução de obras públicas.

Já os serviços terceirizados, aparecem em destaque pois, a fiscalização, acompanhamento e monitoramento dos contratos para contratação de empresas que executam trabalhos terceirizados é essencial para assegurar o cumprimento do objeto contratual, além de garantir a qualidade dos serviços prestados (Almeida, 2009). Ou seja, a inclusão deste objeto nas auditorias é decorrente de suas características financeiras e administrativas.

Por fim, a evidenciação da evasão e retenção discente como objeto auditado decorre do fato de que essa é uma das questões de maior relevância das UFs, tendo em vista que o controle de ingressantes e concluintes nestas instituições deve ser rigoroso, para que haja um equilíbrio entre as ofertas de vagas e formação de alunos (Vanz et al, 2016).

Nota-se que, em relação dos objetos, as auditorias internas das UFs buscam analisar tanto questões administrativas, quanto financeiras e sociais, prevalecendo aqueles que possuem imposição normativa. É possível concluir que a pluralidade de objetos auditados agrega maior transparência para as Universidades, tendo em vista que o repasse de informações para a sociedade torna-se diverso e mais abrangente em relação à todas as atividades desempenhadas nas instituições.

A ausência de padronização da nomenclatura dos objetos auditados é um fator que dificulta a comparação, localização e recuperação dos trabalhos de auditoria pelos interessados,

tendo em vista a pluralidade de denominações encontradas para itens semelhantes. Desta forma, uma eventual categorização dos nomes dados aos objetos facilitaria a interpretação e acesso aos relatórios, poderia melhorar os processos das universidades, aproximá-las com a sociedade e ainda, ampliar o acesso às boas práticas de outras unidades de auditoria interna.

4.2 Relação entre as recomendações das unidades de auditorias e a elaboração de indicadores sociais

Conforme discutido no referencial teórico desta dissertação, os rankings universitários são um dos métodos avaliativos que possibilitam a demonstração dos resultados obtidos pelas universidades avaliadas. Cada ranking utiliza a metodologia que melhor se adequa às suas necessidades e objetivos, sendo que os indicadores mais utilizados referem-se à produção acadêmica e científica, reputação e infraestrutura das UFs (VALMORBIDA et al, 2015).

No entanto, diversos autores alertam para a necessidade de novas métricas para a construção dos indicadores. Planeta et al (2019), alertam para o fato de que a utilização de indicadores de impacto social beneficia tanto a sociedade quanto as instituições, e que a adoção dos mesmos contribuirá para a comunicação com a sociedade. Além disso, é cada vez mais evidente a necessidade de indicadores sociais efetivos para monitorar e avaliar a sustentabilidade (MARQUES, SANTOS, ARAGÃO, 2020). Esta necessidade de indicadores que sejam mais coerentes com a realidade das universidades proporcionou a adoção de ações para construção de indicadores mais eficientes para as UFs e sociedade, como no caso da adaptação dos manuais da OCDE pela RICYT, que visa a adequação dos indicadores à realidade ibero-americana (MARICATO, MACÊDO, 2017).

A necessidade de mudanças também acarretou que diversos rankings implementaram novos métodos de mensuração de resultados, que levam em consideração aspectos relacionados às ações sociais, políticas, econômicas e sustentáveis desenvolvidas pelas UFs. Entre os rankings que inovaram no método de avaliação das Universidades, destaca-se o THE. Mencionado ranking leva em consideração as ações praticadas pelas instituições para alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, desenvolvidos pela ONU.

Em sua pesquisa, que analisa as ações adotadas pela UnB, para aderir ao ranking THE, Maricato e Martins (2020), chamam atenção para a necessidade de estruturação e publicização dos dados relacionados aos ODS. Além disso, demonstram que as dificuldades enfrentadas para a institucionalização dos indicadores dentro das Universidades relacionam-se principalmente à ausência de sistemas informatizados e mão de obra especializada. Ademais, concluem que:

“É necessário que haja clareza sobre papel das universidades com os ODS. Caso haja interesse de que determinada universidade direcione seus esforços para eles, será necessário institucionalizar um conjunto de ações, reestruturar planejamentos, direcionar equipes de trabalho e implementar propostas efetivas de estruturação de dados e gestão da informação em torno dos objetivos” (MARICATO E MARTINS, 2020).

Um estudo realizado na Universidade Federal do Tocantins também aponta que a ausência de direcionamento de ações específicas para atendimento dos ODS faz com que as UFs não consigam boas colocações, ou mesmo, ingressar no ranking THE (SOUSA, RODRIGUES, CANÇADO, 2021).

De encontro à conclusão dos autores, um dos intuitos da presente pesquisa é demonstrar a contribuição das auditorias internas das Universidades Federais, para a construção dos indicadores sociais, especialmente voltados ao THE, e ainda, nas ações referentes aos ODS. O ranking THE foi selecionado devido à sua importância e reconhecimento global, além da função nobre de almejar ações voltada para os ODS. Buscou-se na presente pesquisa, analisar a possibilidade de os trabalhos das auditorias auxiliarem no alcance ou melhoria dos objetivos do ranking THE.

Conforme mencionado, o THE possui indicadores atrelados aos 17 ODS. Devido à capacidade operacional da pesquisadora, serão analisados os indicadores referentes ao ODS 4, que trata da Educação de Qualidade.

Segundo o manual de aplicação do THE, o ODS 4 é medido porque a Educação de qualidade deve ser uma área de destaque entre as Universidades, além de ser a solução para diversos problemas globais. Ademais, mencionado ODS relaciona-se com outros importantes como os ODS 1, 8 e 10 (THE, 2022). A escolha deste objetivo para análise nesta pesquisa, se deu pela relação entre as metas do mesmo e a função principal da Universidade, que é fornecer ensino, pesquisa e extensão de qualidade.

O Manual do ranking THE enumera os seguintes indicadores, referentes ao ODS 4:

“4.1.1. – Qualidade da Educação: visualizações de pesquisas; 4.1.2. – Qualidade da Educação: CiteScore; 4.1.3. – Qualidade da Educação: publicações; 4.2.1. – Indicadores: Proporção de diplomados com habilitação relevante para a docência; 4.3.1. – Recursos públicos: aprendizado ao longo da vida; 4.3.2. – Eventos públicos: aprendizado ao longo da vida; 4.3.3. – Eventos de formação profissional: aprendizado ao longo da vida; 4.3.4. – Atividades de extensão além do campus; 4.3.5. – Política de acesso à aprendizagem ao longo da vida; 4.4.1. – Proporção de alunos da primeira geração” (THE, 2022).

Para averiguar a possibilidade de os trabalhos de auditoria auxiliarem na construção dos

indicadores do ranking THE relacionados ao ODS 4, foram analisados os relatórios de auditoria que compõem a amostra, e localizadas as recomendações que possuem relação com os objetivos dos indicadores e seriam capazes de melhorar em algum aspecto as ações das Universidades relacionadas aos mesmos. Conforme mencionado, a unidade de análise utilizada foram as recomendações, e tal fato justifica-se tendo em vista que as mesmas constituem o conteúdo principal dos relatórios de auditoria, pois, é por meio delas que as auditorias agregam valor às unidades auditadas, por meio da indicação de soluções para mitigar os riscos identificados. Ademais, para a elaboração das recomendações, devem ser consideradas as causas raiz do problema identificado, evitando assim, a repetição do mesmo (CGU,2017).

Os 286 relatórios que compõem a amostra, foram analisados de acordo com o objeto auditado. Do montante total, foram selecionados 42 cujo objeto de auditoria possui relação com os objetivos dos indicadores do THE. Após, as recomendações dos 42 relatórios foram analisadas e foi possível verificar que somente 08 apresentavam recomendações que poderiam direta ou indiretamente auxiliar na elaboração e melhoria do desempenho das UFs em relação ao indicador 4, referente à educação de qualidade. Os 8 relatórios possuem um total de 77 recomendações emitidas. No entanto, deste montante de recomendações, apenas 13 relacionam-se aos indicadores apresentados no THE, conforme observa-se na tabela abaixo:

Tabela 4 - Distribuição das recomendações aos ODS

Total de indicações	Indicador	Universidades Federais							
		UFRB	UFRN	UFSS	UNILAB	UFPE	UFRR	UFT	UTFPR
11	4.3.5	3	2	1	2	1	1		1
10	4.3.2	3	2	1	2	1			1
10	4.3.3	3	2	1	2	1			1
10	4.3.4	3	2	1	2	1			1
1	4.1.3			1					
1	4.2							1	

Fonte: Autora, a partir da análise documental de 08 relatórios de auditoria.

Nota-se que a maioria das recomendações concentram-se nos indicadores 4.3.5, 4.3.2, 4.3.3, 4.3.4. Os indicadores 4.1.3 e 4.2 possuem apenas uma recomendação atrelada a cada um. Os objetivos referentes aos indicadores que possuem relação direta com as recomendações são apresentados no Manual de aplicação do THE:

- Indicador 4.3.5: Assegurar acesso às atividades fornecidas pelas UFs a todos, independentemente de religião, etnia, estado e gênero.
- Indicador 4.3.2: Organizar e fornecer eventos para público em geral: palestras públicas, eventos educativos comunitários.
- Indicador 4.3.3: Organizar eventos na universidade abertos a público em geral: educação executiva programa

- Indicador 4.3.4: Realizar atividades de extensão educacional além do campus (para a comunidade)
- Indicador 4.1.3: Levar em consideração a produção de pesquisa da universidade relacionadas à educação de qualidade
- Indicador 4.2: Verificar quantos graduados obtiveram qualificação para lecionar no ensino primário.

Na tabela 5, é possível verificar o teor das recomendações e os respectivos indicadores relacionados:

Quadro 2 - Relação Recomendações x Indicadores

Universidade	Relatório	Recomendação	Indicador THE
UFFS	002/2019	Implantar um controle institucional para consolidação e integração das informações e acompanhamentos dos projetos de extensão de forma que possam ser mensurados, identificados e registradas todas as pessoas envolvidas no projeto, inclusive o número de pessoas da comunidade externa envolvidos e/ou beneficiados pelo projeto.	4.3.2, 4.3.3, 4.3.4 e 4.3.5
UFFS	002/2019	Implantar um controle institucional para a consolidação e integração das informações e acompanhamentos, com indicadores e metas dos projetos de extensão de forma que possam ser mensurados, identificados e registrados o volume de produções científicas decorrentes das atividades de extensão.	4.1.3
UFPE	006/2019	Implementar mecanismos de avaliação da efetividade da Expo - Feira das Profissões na UFPE, de forma que possam ser verificados os impactos do evento no público-alvo e aferir o atingimento dos objetivos propostos. Os mecanismos podem envolver, por exemplo, a aplicação de questionários ao final do evento	4.3.2, 4.3.3, 4.3.4 e 4.3.5
UFRB	003/2020	Detalhar, em normativo interno, a forma de participação do público usuário na avaliação das ações extensionistas.	4.3.2, 4.3.3, 4.3.4 e 4.3.5
UFRB	003/2020	Consolidar em documento os resultados sociais alcançados com as atividades de extensão, com ampla divulgação para a comunidade interna e externa, através do sítio institucional, de forma a evidenciar o papel social da universidade através das atividades de extensão.	4.3.2, 4.3.3, 4.3.4 e 4.3.5
UFRB	003/2020	Recomenda-se que sejam implementados mecanismos de avaliação dos resultados apresentados em comparação com os resultados pretendidos, de forma que possam ser verificados os impactos dos projetos no público alvo, bem como a elevação do bem estar social.	4.3.2, 4.3.3, 4.3.4 e 4.3.5
UFRN	011/2019	Apure, a partir do resultado final dos editais de n.os 008/2018, 009/2018 e 010/2018 (seleção de projetos de extensão, programas de extensão e grupos consolidados de arte e cultura) e/ou dos respectivos editais lançados em 2019, o percentual de recursos (custeio e capital, além de bolsas de extensão) destinados para os campi do interior e para a região metropolitana.	4.3.2, 4.3.3, 4.3.4 e 4.3.5
UFRN	011/2019	Avalie, com o auxílio da comissão designada para elaborar a política de interiorização da UFRN, a destinação de recursos para os campi do interior e região metropolitana com base nas providências adotadas a partir da Recomendação 001, de modo a verificar a necessidade ou não de estabelecer percentuais mínimos de projetos de extensão, programas de extensão e grupos consolidados de arte e cultura destinados exclusivamente para o interior	4.3.2, 4.3.3, 4.3.4 e 4.3.5
UFRR	002/2020	estabelecer reservas de vagas às pessoas com deficiência de, no mínimo, cinco por cento das vagas oferecidas em projetos de extensão em concursos e processos seletivos, no âmbito da UFRR.	4.3.5
UFT	RA/AUDIN-UFT/00532 22019.943 39	Enquanto o sistema em desenvolvimento não estiver pronto para o uso, volte a publicar o Relatório Final das atividades desenvolvidas pela Diretoria de Programas Especiais em Educação, para que se tenham condições de avaliar os programas em execução e planejar as tarefas necessárias para promover a melhoria da efetividade dos programas especiais em educação.	4.2
UNILAB	XX	Recomendamos a imediata elaboração de um Sistema de Indicadores (sistema de monitoramento e avaliação) que permitam a avaliação das ações de extensão no âmbito da UNILAB.	4.3.2, 4.3.3, 4.3.4 e 4.3.5
UNILAB	XX	Recomendamos uma maior celeridade no estabelecimento de uma Política Institucionalizada de Extensão no âmbito da UNILAB. Por oportuno, recomendamos também uma revisão periódica dos normativos internos sempre que ocorrer mudanças significativas na Política de Extensão Universitária	4.3.2, 4.3.3, 4.3.4 e 4.3.5
UTFPR	201916	Que as atividades de extensão, de todos os Câmpus, estejam publicadas e disponíveis para a comunidade interna e externa em páginas web e redes sociais.	4.3.2, 4.3.3, 4.3.4 e 4.3.5

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que as recomendações emitidas nas auditorias, podem auxiliar na melhoria

da qualidade dos dados exigidos nos indicadores propostos pelo THE, vez que impactam diretamente nas ações necessárias para atingir o objetivo dos mesmos, embora não tenham sido emitidas com esse intuito. Desta forma, pode-se concluir que os trabalhos realizados pelas auditorias internas podem auxiliar às áreas destinadas à construção de indicadores nas Universidades, além disso, podem auxiliar no atingimento dos ODS, tendo em vista a possibilidade de utilização das recomendações para estes fins.

Nota-se dentre outros aspectos, que as recomendações emitidas nos relatórios de auditorias demonstrados na Tabela 4, visam que as ações de extensão das Universidades atinjam à comunidade externa, que as atividades das Universidades abranjam todas as pessoas sem distinção, e ainda, que os cursos voltados à educação sejam oferecidos com qualidade. Tudo isso, vai de encontro ao que se pede nos indicadores do THE.

Conforme mencionado por Maricato e Martins (2020) e Sousa, Rodrigues e Cançado (2021), para que haja o efetivo atingimento do objetivo do THE, que além do ranqueamento das Universidades, busca o alcance dos ODS, as Universidades devem alinhar suas áreas de gestão e fazer um trabalho multidisciplinar e focado no alcance dos objetivos, além de empreender esforços diretamente nas ações vinculadas ao posicionamento no ranking. Desta forma, as recomendações emitidas pelas auditorias internas que, conforme observa-se acima, podem influenciar de maneira positiva na melhoria dos indicadores, além de fornecer dados, devem ser utilizadas como aliadas das áreas estratégicas voltadas à construção dos indicadores.

É necessário reiterar que as auditorias internas possuem o intuito de agregar valor às instituições, auxiliar os gestores nas tomadas de decisão (CGU, 2017). Desta forma, na medida em que há uma contribuição direta das auditorias para a melhoria das áreas estratégicas envolvidas na implementação dos indicadores, além de cumprir com seus objetivos de auxiliar a universidade a aprimorar seus processos, as unidades de auditoria estarão ganhando visibilidade perante a universidade e sociedade.

A ausência de recomendações referentes aos demais indicadores que se relacionam ao objetivo 4 dos ODS no ranking THE, que não estão presentes nas tabelas 4 e 5, bem como a discrepância do número de recomendações que impactam nos indicadores 4.1.3 e 4.2 em relação aos demais, pode ser atribuída ao fato de que os assuntos tratados nas recomendações não foram incluídos com o intuito de atingir os ODS, tampouco auxiliar na construção dos indicadores, ou seja, o planejamento das auditorias não foi direcionado para analisar a aderência das unidades auditadas aos ODS. É notório que a inclusão dessa premissa no escopo dos futuros trabalhos a serem realizado pelas auditorias internas, pode contribuir de maneira positiva para que as universidades aprimorem suas atividades e alcance melhores resultados.

5. CONSIDERAÇÕES

As UFs são majoritariamente financiadas por verbas advindas do governo, e, conseqüentemente, da sociedade. Desta forma, a necessidade demonstrar seus resultados para a comunidade torna-se essencial. Atualmente, os principais meios de divulgação dos resultados obtidos pelas UFs são decorrentes dos rankings, indicadores de gestão, indicadores de qualidade, avaliações do INEP e da CAPES, que utilizam dados que reportam especialmente o alcance das instituições referentes à produção acadêmica, de produção científica e atividades fim. As auditorias internas das UFs, por sua vez, realizam trabalhos que abrangem todas as unidades organizacionais, pois visam a melhoria de desempenho das UFs e o investimento eficaz dos recursos públicos, atuando como parceiras das demais unidades organizacionais das UFs, visando o sucesso do projeto institucional da universidade.

A necessidade de aproximação entre a universidade e a sociedade, além da análise de aspectos que podem ser melhorados nas auditorias internas das instituições, para que auxiliem no atingimento desse objetivo, foram os motivadores para a realização da presente pesquisa. Onde buscou-se caracterizar a atuação das unidades de auditorias, e ainda, a possibilidade da utilização dos relatórios das unidades de auditorias internas, para contribuir com a aproximação esperada entre as UFs e sociedade, por meio da construção de indicadores sociais relacionados aos 17 ODS.

Por meio da pesquisa foi possível alcançar dois grupos de resultados, que se comunicam entre si. O primeiro, refere-se à caracterização da atuação das unidades de auditoria. Já o segundo, trata da investigação da utilização das recomendações presentes nos relatórios de auditoria como *imput* estratégico na construção dos indicadores sociais, especialmente àqueles referentes ao ranking THE.

Em relação ao primeiro grupo, conclui-se que as universidades são auditadas em todo seu universo de áreas, e ainda, que a pluralidade de objetos auditados é extensa. Tal fato, é visto de maneira positiva em relação aos dados que são fornecidos para a sociedade, tendo em vista a alta abrangência das atividades realizadas nas universidades. Em contrapartida, alguns fatores dificultam a divulgação dos resultados, como o fato de algumas auditorias não constarem em seus relatórios o nome da área auditada. Além disso, mais da metade das auditorias internas das universidades existentes não publicam em seus sites oficiais os relatórios de auditoria, o que impossibilita o acesso da sociedade aos resultados dos trabalhos realizados.

Foi possível concluir ainda, que as áreas auditadas com mais recorrência pelas auditorias internas das UFs são aquelas que possuem parcelas maiores do orçamento das universidades

sob sua responsabilidade, tais quais: Pró-Reitorias de administração, de gestão de pessoas e de assuntos comunitários, da mesma maneira, a maior similaridade entre as áreas auditadas nas universidades também refere-se às áreas de administração e gestão de pessoas. Tal fato pode estar relacionado à utilização de dados referentes à materialidade no planejamento das auditorias.

Em relação aos objetos auditados, evidenciam-se as auditorias da transparência no relacionamento com a Fundação de Apoio. O destaque que se deve ao fato de haver normativos emanados pelo TCU, para a realização dos trabalhos de auditoria. Ainda em relação aos objetos e áreas auditadas, ainda é necessário reiterar que, a ausência de padronização das nomenclaturas influencia negativamente, especialmente em análises comparativas, como a realizada nesta pesquisa. A pluralidade de variações de nomes para áreas e objetos que possuem as mesmas funções dificulta em muito a classificação e interpretação dos mesmos, especialmente para cidadãos comuns que não possuem afinidade com o universo das auditorias e das universidades. Logo, eventual padronização dos nomes auxiliaria na interpretação dos documentos pela sociedade, gestores e demais interessados, além de facilitar a comparação entre dados de instituições distintas.

O resultado obtido com o segundo grupo, refere-se à investigação da relação entre as recomendações das unidades de auditorias e a elaboração de indicadores sociais, especialmente àqueles relacionados ao ranking THE. Cumpre salientar que, devido à capacidade operacional da pesquisadora, somente os indicadores relacionados ao ODS 4, que trata da educação de qualidade foi analisado. Foi possível concluir que as recomendações emitidas pela auditoria possuem a capacidade de aprimorar as áreas relacionadas à construção de alguns indicadores exigidos pelo THE, especialmente aqueles que requerem ações referentes ao oferecimento de atividades para a comunidade externa, acesso às atividades fornecidas pelas universidades sem distinção de raça, etnia, religião e qualidade na formação de graduados capazes de lecionar para o ensino primário. No entanto, verificou-se que as recomendações não foram emitidas com o intuito de agregar valor aos indicadores, e que a relação é mera coincidência. Desta forma, para que as contribuições das auditorias sejam cada vez mais evidentes para a construção dos indicadores, especialmente os relacionados ao ranking THE, é necessário que a verificação de cumprimento dos objetivos e métricas inerentes aos indicadores sejam adicionados aos escopos dos planejamentos das auditorias.

Ante o que foi exposto, embora tenha sido possível concluir que as auditorias podem impactar de maneira positiva nas ações relacionadas à construção dos indicadores elencados no THE, sugere-se que os demais indicadores sejam avaliados em trabalhos posteriores, dando

continuidade ao que iniciado nesta pesquisa, visando evidenciar ainda mais as contribuições das auditorias internas perante as universidades e sociedade.

Conclui-se que a discussão teórica e os resultados alcançados poderão contribuir para as investigações sobre a atuação das universidades e o seu impacto social, por meio da elaboração de indicadores sociais, utilizando a relação entre as recomendações das unidades de auditorias e as áreas correlatas aos indicadores sociais, com base nos 17 ODS.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. W. L. Fiscalização contratual: “Calcanhar de aquiles” da execução dos contratos administrativos. **Revista do Tribunal de Contas da União**, v.114, p.53-62, jan/abril 2009.

ALVARENGA, F. de O., OHAYON, P. Eficiência relativa de Universidades Federais Brasileiras nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. **Revista Contabilidade Vista & Revista**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v.32, n.2, p. 59 – 96, maio/ago. 2021.

ARAÚJO, A.G. Ensaio sobre a Universidade e sua função social. **Revista de Filosofia da UESB**. Ano 1. N.1. JAN-JUN de 2013.

ARAÚJO, E.C.F.de, SIENA, O., RODRIGUEZ, T.D.M. **Receita própria no financiamento das universidades federais brasileiras**. In: XVII Coloquio Internacional de Gestión Universitaria. Campus UTPL. 22 a 24 de Outubro de 2018.

AUDY, J.L.N. Entre a tradição e a renovação: os desafios da universidade empreendedora. In: MOROSINI, Marilia (Org.) **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. 2 Ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2011.

BALBACHEVSKY, E; KOHTAMAKI, V. Autonomia e Governança Universitária: uma Abordagem Comparativa USP (Brasil) e UTA (Finlândia). In MARCOVITCH, Jacques (Org.) **Repensar a universidade II: Resultados e Impactos**. São Paulo. Com-Arte; FAPESP. 2019.

BASTOS, A. V. B., et al. O papel dos conselhos superiores na estrutura de governança das universidades federais brasileiras: o caso da UFBA. In: **XVI Coloquio Internacional de Gest[ion Universitaria**. Arequipa – Peru. 23, 24 e 25 de novembro de 2016.

BATISTA, D. G. **Manual de controle e auditoria**: com ênfase na gestão de recursos públicos. São Paulo: Saraiva, 2011.

BOYNARD, K.M.S. **Indicadores de gestão em conflito com indicadores de qualidade? Lições econômicas para a gestão universitária**. 2013. 88f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/131896> Acesso em: 25 de outubro de 2022.

BRAGA, M.V. de A. A auditoria governamental como instrumento de promoção da transparência. **Jornal de políticas educacionais**. N° 9. Jan/Jun de 2011. p. 51–60.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 01 de maio de 2022.

BRASIL. **Decreto 3591, de 06 de setembro de 2000**. Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Brasília, 06 Set 2000a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3591.htm > Acesso em 03 de Jan de 2022.

BRASIL. **Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 Dez 1996a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 03 de Jan de 2022.

BRASIL. **Lei 10973 de 2 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, 02 Dez 2004^a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm> Acesso em: 25 de Out de 2022.

CGU. **Manual de Orientações Técnicas da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal.** Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, Secretaria Federal de Controle Interno. Brasília, 149 f., 2017a. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/manual-de-orientacoes-tecnicas-1.pdf>> Acesso em 04 de Jan de 2022.

CGU. **Sistema de Controle Interno.** Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/sistema-de-controle-interno> . Acesso em 02 de Jan de 2022.

DUARTE, C.S., OLIVIERA, T.S.M. de. O financiamento das instituições federais de ensino superior: o caso da universidade federal de Goiás. **Revista Organização Sistêmica.** vol.2 n.1. jul - dez 2012.

DUARTE, J. Os desafios da Comunicação pública. In: **Seminário Lusocomum: Transparência, Governança, Accountability e Comunicação Pública.** Texto de palestra proferida dia 04 de Nov de 2008 no Instituto de Ensino Superior de Brasília.

FARIAS, S., et al. A auditoria e os procedimentos de amostragem nas instituições federais de ensino superior da região sul do Brasil: aspectos gerais e específicos ao ano de 2010. **Revista Contemporânea de Contabilidade.** UFSC, Florianópolis, v.9, n.18, p.23-40, jul./dez., 2012.

FERNANDES, I.V.; GRIBOSKI, C.M.; MENEGHEL, S.M. Novos indicadores para a educação superior brasileira: eles são necessários?. In: **3º Simpósio Avaliação da Educação Superior.** 05 e 06 de Set de 2017. Florianópolis – SC.

FERREIRA, M.C; SANTOS. W.J.L.dos; PESSANHA, J.F.M. Avaliação do ensino superior: análise dos indicadores instituídos pelo TCU para as IFES. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p. 104 - p. 124, jan./abr, 2013.

FONSECA, J. J. S. da. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em 18/01/2022.

FORPLAD. **Grupo de trabalho sobre indicadores para o relatório de gestão.** Disponível em <http://www.forplad.andifes.org.br/sites/default/files/01_FORPLAD_GT_indicadores_Fase2.pdf> Acesso em 27/02/2023

GARCIA, M. de O., et al. Uso da Pesquisa Documental em Estudos sobre a Administração Pública no Brasil. **Teoria e Prática em Administração**. Vol. 6, n. 1, 2016. p. 40-68. Disponível em: < <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tpa/article/view/25211/15650>> Acesso em: 28 de Abril de 2022.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo : Atlas, 2008.

GIMENEZ, A.M.N., BONACELLI, M.B.M. Repensando o Papel da Universidade no Século XXI: Demandas e Desafios. **Revista Tecnologia e Sociedade**. Vol. 9, n. 18, 2013.

INEP. **Censo da Educação Superior**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 24/08/2021.

KUNSCH, M.M.K. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: Matos, Heloiza (Org.) **Comunicação pública, interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. 411 p.

LEITÃO, M. Dos S., et al. Auditoria Interna x Auditoria Externa. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, v. 1, n. 22, p. 203-220, nov./dez. 2018.

LEITE, P. de S. O.; COSTA, A. de J. B. Estimativa e monitoramento dos custos por trabalho: estudo de caso em auditoria interna no setor público. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**. V. 16, n. 2, Ano 2018, p. 1-14.

LICZUK, M.W.L. **Governança aplicada à administração pública – a contribuição da auditoria interna para sua efetivação**: um estudo em universidades públicas federais. 2012. 181f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2012. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/381?mode=full>. Acesso em: 25 de Out de 2022.

LINSINGEN, I.V., Perspectiva educacional CTS: aspectos de um campo em consolidação na América Latina. **Ciência e Ensino**, v.1, número especial, nov/2007.

MANABE, S.H.; KAIMEN, M.J.G. Competência informacional na auditoria interna da Universidade Estadual de Londrina. **Informação Profissões.**, Londrina, v. 1, n. 1/2, p. 77 –92 jul./dez. 2012.

MARÇOLA, C. **Auditoria interna como instrumento de controle social na administração pública**. Revista do Serviço Público Brasília 62 (1): 75-87 Jan/Mar 2011.

MARCONI, M, de A., LAKATOS, E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo – Ed. Atlas. 2003. 310p.

MARCOVITCH, J., GILDEMBERG, J., Repensar a Universidade: **desempenho acadêmico e comparações internacionais**. São Paulo – Com-Arte; Fapesp. 2018. 256 p.

MARICATO, J. de M., MACÊDO, D.J.; Influência dos manuais da ocde e da ricyt na literatura

científica: contribuições para a construção de indicadores de ciência, tecnologia e inovação?. In: **XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Marília, 23 a 27 de Outubro de 2017.

MARICATO, J. de M., MARTINS, D.L. Contribuições da universidade de Brasília para os objetivos de desenvolvimento sustentável (ods): estratégias para a adesão ao The Impact Rankings. In: **XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Porto Alegre, 07 a 11 de novembro de 2022.

MARQUES, J.F.S., SANTOS, A.V., ARAGÃO, J.M.C. Planejamento e Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior à Luz Dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade**, v. 10, n. 1, p. 14-29, 2020.

MARQUES, P.V. da S. B., et al. Governança nas Universidades Federais do Brasil segundo o “Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública” do Tribunal de Contas da União. **Revista Controle**, Fortaleza, v.18, n.2, p.164-196, jul/dez 2020.

MATSUMOTO, M.C.S.G.B. Unidades de auditoria interna como instrumento de avaliação do desempenho organizacional da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica da região nordeste. 2019. 140f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5888>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

MEC. **Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-superior/pnaes>. Acesso em 22/03/2023.

MELO, M.S., LEITÃO, C.R.S. Características do Controle Interno nas Universidades Federais Brasileiras, **Revista GUAL**, Florianópolis, v.14, n.1, p.224-244, 2021.

OLIVEIRA, T.B.A., et. al. A importância da auditoria interna em uma instituição federal de ensino superior como melhoria na gestão dos custos dos serviços públicos. In: **XIII Congresso Brasileiro de Custos** – Belo Horizonte - MG, Brasil, 30 de outubro a 01 de novembro de 2006.

ORDORIKI, I. Rankings Universitarios. **Revista de la Educación Superior**. V.44; n. 173, jan-mar, 2015, p. 7-9.

PERSEGUINO, S. A.; PEDRO, W. J. A. Análise crítica da gestão por competências em universidades federais., **Revista Tecnologia e Sociedade**. v. 13, n. 29, p. 22-44, set./dez. 2017.

PINTO, F. das C.B., et al. Análise das atividades de auditoria interna no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: sob a ótica dos auditores internos. **Revista Controle: Doutrinas e Artigos**, v.10. n.1, 2012, p. 273-300.

PLANETA, Cleópatra da Silva et al. Impacto social das universidades. In: MARCOVITCH, Jacques (Org.) **Repensar a universidade II: Resultados e Impactos**. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2019.

RANIERI, N. Autonomia Universitária: As Universidades Públicas e a Constituição federal de 1988. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1994. Biblioteca Edusp de Direito, v.3.

ROCZANSKI, C.R.M. O papel das Universidades para o desenvolvimento da inovação no Brasil. In: **XVI Colóquio Internacional de Gestión Universitaria**. Peru. 23, 24 e 25 de novembro de 2016.

RODRIGUES, R. C. Métodos adotados na Administração Pública para elaborar Matrizes de Risco. **RAGC**, v.7, n.30, p.96-112, 2019.

RODRIGUES, R. C.; MACHADO, M. V. V.; Atuação da Auditoria Interna nas Universidades Federais Brasileiras. **Administração Pública e Gestão Social**, vol. 13, núm. 4, 2021. Universidade Federal de Viçosa, Brasil. Disponível em <<https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/11151>> Acesso em 28 de Abril de 2022.

RODRIGUES, R.C.; SAMPAIO, T.S.L.; MACHADO, M.V.V. O perfil da Auditoria Interna nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista FSA**, Teresina, v. 17, n. 10, art. 6, p. 97-124, out. 2020.

ROTHEN, J.C. Os bastidores da reforma universitária de 1968. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008.

SANTOS, A.R. et. al. Orçamento, Indicadores e Gestão de Desempenho das Universidades Federais Brasileiras. **Administração Pública e Gestão Social**, 9 (4), out.-dez., 2017, p. 276-285.

SANTOS, B.S. A Universidade do Século XXI: **para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C.de D., GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano 1. n. 1, 2009. P. 1-15. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>> Acesso em 28 de Abril de 2022.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

SILVA, S. R.; SENA, R. A. O Planejamento da Auditoria Interna dentro das Organizações. **Revista de Psicologia**, 2019, vol.13, n.47, p. 595-606. ISSN: 1981-1179. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2051/0>> Acesso em 28 de Abril de 2022.

SILVA, R.T. dos P., O cenário da pesquisa na educação superior brasileira: alguns apontamentos históricos. **Revista Educa**, Porto Velho (RO), v.1, n.2, p. 30-51,2014.

SOUSA, M.S.C.; RODRIGUES, W.; CANÇADO, A. Os rankings acadêmicos e suas relações com os ODS: estudo de caso na Universidade Federal do Tocantins. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - Taquara/RS - v. 19, n. 1, jan./mar. 2022

SOUZA, C. D. de; FILIPPO, D. de; CASADO, E. S., Crescimento da atividade científica nas universidades federais brasileiras: análise por áreas temáticas. **Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP**, v. 23, n. 1, p. 126-156, mar. 2018. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/aval/a/wgGYDrdHsVXf7WxPynpgCtG/?lang=pt>> Acesso em: 01 de

maio de 2022.

SOUZA, A. M. A. M. de. As Instituições de Ensino Superior no Brasil: Desafios e perspectivas para os gestores do Século XXI – Fundamentos em Pedro Demo e Pierre Bourdieu. **Revista GUAL**, Florianópolis, v.5, n.1, pp.28-47, jan/fev/mar/abr 2012.

STEFANI, L.S.; AGUIAR, J. de; HONÓRIO, I. C. O papel do gestor público diante da crise gerada pelo corte de verbas na educação no ano de 2019: estudo de caso do campus Garopaba do Instituto Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1450>. Acesso em: 04/01/2022.

TCU. Auditoria Governamental. In: NET, A.A. de C. Programa de aprimoramento profissional em Auditoria – proaudi. Brasília : TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2011. 355 p. Disponível em: <https://cupdf.com/document/auditoria-governamental-livro-proaudi.html?page=2>. Acesso em: 25/10/2022.

TCU. Obras públicas. **Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas**. 4.ed. Brasília, 2014.

THE – Times Higher Education. THE Impact Rankings 2020: methodology. 2020. Disponível em: < <https://www.timeshighereducation.com/impact-rankings-2020-methodology> >. Acesso em: 23 mar. 2023.

TEZZA, R.; BORNIA, A.C.; VEY, I.H., Sistemas de medição de desempenho: uma revisão e classificação da literatura. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 17, n. 1, p. 75-93, 2010.

UFSCAR. Pró-Reitoria de Administração. Disponível em: <https://www.proad.ufscar.br/pt-br/servicos>. Acesso em 21/03/2023.

VALADÃO, E.B.; BRAGA, J. da C. e S. A função social da Universidade Pública para a comunidade do Sudeste do Tocantins e Nordeste goiano. **RELPE - Revista Leituras em Pedagogia e Educação**. Arrais - TO, v. 5, n. 1, p. 06-24.

VALMORBIDA, S.M.I; et al. Rankings Universitários: Análise dos Indicadores Utilizados. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, mai/ago 2015.

VANZ, S.A.de S., et al. Evasão e retenção no curso de Biblioteconomia da UFRGS. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 541-568, jul. 2016.

VANZ, S.A.de S. Rankings universitários internacionais e o desafio para as universidades brasileiras. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 23, n. 53, p. 39-51, set./dez., 2018.

Anexo 1 – Endereços eletrônicos onde estão disponibilizados os relatórios utilizados na amostra

Universidade	Relatórios 2019	Relatórios 2020	Total	Disponível em	Último acesso
UFABC	2	2	4	https://audin.ufabc.edu.br/relatorios	03/06/2022
UFAL	8	6	14	https://ufal.br/transparencia/relatorios/auditoria/relatorios	03/06/2022
UFFS	3	2	5	https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/auditoria_interna/relatorios-pareceres-notas-tecnicas/relatorios	03/06/2022
UFGD	5	0	5	https://portal.ufgd.edu.br/setor/auditoria-interna/relatorio-auditorias-internas	03/06/2022
UFMS	15	4	19	https://auditoriainterna.ufms.br/relatorios/	03/06/2022
UFMT	5	7	12	https://www.ufmt.br/unidade/audin	03/06/2022
UFOB	0	5	5	https://ufob.edu.br/a-ufob/estrutura/audin/relatorios-anuais-de-atividades-de-auditoria-interna-rain/view	03/06/2022
UFOP	2	2	4	https://auditoria.ufop.br/relat%C3%B3rios	03/06/2022
UFOPA	4	2	6	http://www.ufopa.edu.br/ufopa/institucional/orgaos-suplementares/audin-1/	03/06/2022
UFPB	3	0	3	https://www.ufpb.br/audin/contents/menu/trabalhos-de-auditoria	03/06/2022
UFPE	10	6	16	https://www.ufpe.br/institucional/gabinete-do-reitor/auditoria-interna/relatorios-auditoria	03/06/2022
UFPEL	2	0	2	https://wp.ufpel.edu.br/audin/relatorios-de-auditoria/	03/06/2022

UFRA	0	4	4	https://audin.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86&Itemid=274	03/06/2022
UFRB	6	4	10	https://ufrb.edu.br/auditoria/relatorios-de-auditoria-2	03/06/2022
UFRN	13	11	24	https://auditoria.ufrn.br/relatorios/	03/06/2022
UFRR	5	3	8	https://nuvem.ufrr.br/s/kiMV4m1bZD8Z5vm	03/06/2022
UFSB	1	2	3	https://ufsb.edu.br/a-ufsb/audin/relatorios	03/06/2022
UFSC	4	2	6	https://audin.ufsc.br/auditorias-realizadas/	03/06/2022
UFSCAR	5	5	10	https://www.auditoriainterna.ufscar.br/relatorios/relatorios-de-auditoria-interna-rai	03/06/2022
UFSJ	8	4	12	https://www.ufsj.edu.br/audit/relatorios_de_auditoria.php	03/06/2022
UFMS	7	1	8	https://auditoriainterna.ufms.br/relatorios/	03/06/2022
UFT	5	2	7	https://ww2.uft.edu.br/index.php/audin/documentos?option=com_jalfresco&view=jalfresco&Itemid=1770&id=fde5923a-a3ca-4082-9e26-aaab1c5c98f3&folder_name=Relat%C3%B3rios	03/06/2022
UFTM	7	2	9	http://www.uftm.edu.br/reitoria/auditoria-interna/auditorias-realizadas	03/06/2022
UFV	8	0	8	https://www.ain.ufv.br/downloads/	03/06/2022
UFVJM	5	3	8	http://portal.ufvjm.edu.br/auditoria/relatorios-de-auditoria-interna/relatorios-de-auditoria-interna	03/06/2022

UNB	3	1	4	https://auditoria.unb.br/relatorios-de-auditoria	03/06/2022
UNIFAL	4	0	4	https://www.unifal-mg.edu.br/auditoria/relatorios-de-auditoria/	03/06/2022
UNIFAP	5	5	11	https://www2.unifap.br/audint/auditorias/	03/06/2022
UNIFEI	7	5	12	https://auditorias.unifei.edu.br/auditorias/	03/06/2022
UNILAB	7	7	14	https://unilab.edu.br/auditoria-interna/?_ga=2.56455147.1540629497.1654285167-434446735.1654285167	03/06/2022
UNIPAMPA	7	1	8	https://sites.unipampa.edu.br/auditoria/transparencia-ativa/	03/06/2022
UNIRIO	5	0	5	http://www.unirio.br/audin/relatorios	03/06/2022
UTFPR	10	7	17	http://www.utfpr.edu.br/transparencia/auditoria-interna/relatorios-e-notas-de-auditoria	03/06/2022
	181	105	286		

Anexo 2 – Dados sobre as Universidades Federais Brasileiras

Nome	Sigla	Região	Estado	Quantidade de Técnicos	Quantidade de Docentes
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	Centro-Oeste	Mato Grosso	1407	1756
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	Centro-Oeste	Distrito Federal	3204	2958
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	Nordeste	Sergipe	1426	1846
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	Norte	Amazonas	1669	1778
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	Nordeste	Piauí	1156	1411
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP	Sudeste	Minas Gerais	719	910
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	Sudeste	São Paulo	976	1345
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	Sudeste	Minas Gerais	2056	1289
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	Sul	Rio Grande do Sul	1158	981
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	Sudeste	Minas Gerais	1852	2010
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UFSJ	Sudeste	Minas Gerais	520	924
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	Nordeste	Maranhão	1708	1941
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	UFAC	Norte	Acre	750	792
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	Norte	Pará	1856	2670
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	Nordeste	Rio Grande do Norte	2631	2569
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	Sul	Paraná	3414	2563
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	Sudeste	Rio de Janeiro	3865	3439
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	Sudeste	Espírito Santo	1919	1846
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	Sudeste	Rio de Janeiro	1143	1255

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	Sudeste	Minas Gerais	4205	3308
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	Sudeste	Minas Gerais	1251	1710
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	Nordeste	Alagoas	1670	1739
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	Nordeste	Bahia	3103	2979
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	Nordeste	Paraíba	2608	2798
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	Nordeste	Pernambuco	3840	2761
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	Sul	Rio Grande do Sul	2611	2851
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	Sul	Rio Grande do Sul	2677	2350
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	Nordeste	Ceará	3370	2386
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	Centro-Oeste	Goiás	1772	2277
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	Sul	Santa Catarina	2057	2596
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	Sudeste	Rio de Janeiro	4818	4949
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	Nordeste	Pernambuco	1755	1141
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	Sul	Paraná	1148	2703
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UFERSA	Nordeste	Rio Grande do Norte	529	758
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA	Norte	Pará	560	579
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	Sudeste	São Paulo	1807	1778
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA	Sudeste	Minas Gerais	587	814
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIFAL	Sudeste	Minas Gerais	440	593

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	Sudeste	Minas Gerais	681	907
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UFTM	Sudeste	Minas Gerais	1370	642
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI	UNIFEI	Sudeste	Minas Gerais	475	502
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	Sul	Rio Grande do Sul	918	1605
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	Sudeste	Rio de Janeiro	1432	937
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	1855	1765
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	Norte	Rondônia	485	848
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	UFCSPA	Sul	Rio Grande do Sul	213	372
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	Norte	Roraima	377	608
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	Norte	Amapá	502	663
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG	Nordeste	Paraíba	1428	1648
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	Norte	Tocantins	856	1231
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF	Nordeste	Pernambuco	393	591
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	Nordeste	Bahia	702	1026
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	947	682
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	UFABC	Sudeste	São Paulo	766	815
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	UNIPAMPA	Sul	Rio Grande do Sul	897	957

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	UNILA	Sul	Paraná	533	471
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA	Norte	Pará	799	480
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	Sul	Santa Catarina	677	825
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	UNILAB	Nordeste	Ceará	450	376
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	UNIFESSPA	Norte	Pará	317	490
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	UFOB	Nordeste	Bahia	240	383
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	UFCA	Nordeste	Ceará	368	355
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	UFSB	Nordeste	Bahia	255	336
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO	UFCAT	Centro-Oeste	Goiás	165	345
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO	UFAPE	Nordeste	Pernambuco	84	179
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAIBA	UFDPAR	Nordeste	Piauí	86	237
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ	UFJ	Centro-Oeste	Goiás	180	386
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS	UFR	Centro-Oeste	Mato Grosso	77	359
UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS	UFNT	Norte	Tocantins	*	*

Fonte: Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2020).

Anexo 3 – Dados sobre as áreas auditadas

Nome da área	Quantidade de relatórios
Pró-Reitoria de Graduação	6
Superintendência de Gestão de Pessoas	3
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	3
Superintendencia de Obras	1
UFFS - Institucional	1
Proace, Proec, Prograd, Proplan	1
Reitoria / Pró-reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento - PROAP / Pró-Reitoria de Administração - PRAD.	1
Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e pesquisa - Propp	1
Pró-reitoria de administração - prad e Fundação de Apoio	1
Prefeitura Universitária	2
SGP	2
Pró-reitoria administrativa	1
Sinfra	1
Gerência de atenção à saúde e Divisão de Gestão de Pessoas	1
PRAE	3
UFMT	1
SETEC	1
Fundação de Apoio	6
SGP e Unidades Acadêmicas	1
Propeq	1
Coordenação de cultura - Procev	1
Reitoria e pró-reitorias	1
Pró-reitoria de gestão de pessoas	8
Secretaria de Assuntos Educacionais - SAE / Superintendencia Administrativa do Campus / Pró- reitoria de administração e pró-reitoria de planejamento	1
Pró-reitoria de planejamento e desenvolvimento - proplad / diretoria de orçamento e finanças - DOF	1
Divisão de transportes - DIVTRAN	1
Pró-reitoria de orçamento, planejamento e administração - PROPLAD	1
Coordenadoria de Convênios / PROPLAD e conselho Universitário	1
Sistema integrado de bibliotecas - Sibi	1
Coordenação de transportes	2
Diretoria de almoxarifado e patrimônio - Proad	1
Centro de tecnologia da informação e comunicação - CTIC	1
Pró-reitoria de gestão estudantil - proges	1
Pró-reitoria para assuntos acadêmicos - PROACAD	2
Pró-reitoria para assuntos de pesquisa e pós-graduação	1
Pró-reitoria de planejamento, orçamento e finanças ProPlan	1
Comissão permanente de pessoal docente	1

Pró-reitoria de extensão e cultura / Pró reitoria de planejamento, orçamento e finanças	1
Gabinete do reitor/ Pró-reitoria de comunicação, informação e tecnologia da informação / pró-reitoria de gestão administrativa	1
Pró-reitoria de gestão de pessoas e qualidade de vida	2
Pró-reitoria de gestão administrativa - PROGEST	1
Pró-reitoria de planejamento, orçamento e gestão	1
Diretoria de convênios e contratos acadêmicos	1
ProGep	3
Seção de diárias e passagens / Pró-reitoria administrativa - PRA	1
Pró-reitoria de administração e finanças	3
Pró-reitoria de políticas afirmativas e assistência estudantil	1
Proplan	3
Pró-reitoria de administração - PROAD	18
Pró-reitoria de extensão	3
Centro de Ciências Sociais Aplicadas	2
Centro de Ciência Humanas, letras e Artes	1
Centro de Ensino Superior do Seridó	2
Centro de Ciências exatas e da terra	2
Centro de Educação	2
Centro de Biociências	2
Centro de tecnologia	2
Centro de Ciências da Saúde	2
Proplan, prograd, ppg, proex, proae e ceres	1
Laboratório de inovação tecnológica em saúde	2
UFRN	3
Proex	3
Centro de Ciências Humanas, letras e artes	1
ProInfra	1
Pró-Reitoria de Ensino e Graduação - Proeg	1
Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI	1
Pró-reitoria de planejamento - ProPlan	1
Pró-reitoria de sustentabilidade e integração social - PROSIS	1
Pró-Reitoria de Gestão Acadêmica - Progeac	1
Pró-reitoria de planejamento e administração - propa	1
Proad, Progpe, Proex, Ain	1
Centro de Ciências Humanas e Biológicas	1
Departamento de integridade, riscos e controles internos	1
Secretaria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - SPDI	1
Coordenadoria de Registro de diplomas	1
Núcleo de educação à distância - NEAD	1
Pró-reitoria de extensão e assuntos comunitários	1
Setor de concursos e procedimentos admissionais	1
Pró-reitoria de administração - Divisão de projetos e obras	1
Setor de aposentadorias e pensões	1

Pró-reitoria de ensino de Graduação	1
Departamento de Material e Patrimônio / Divisão de Patrimônio / Departamento de Contabilidade e Finanças	1
Coordenadoria de Planejamento acadêmico	1
Agência de Inovação e transferência de tecnologia	1
Pró-reitoria de infraestrutura	1
Centro de Ciências Rurais / Departamento de zootecnia	1
Pró-reitorias e Unidade de ensino	1
Pró-reitoria de assuntos estudantis	7
Central de estágios	1
Reitoria - Unidade de Integridade	1
Prograd/Proex/Propesq e Progedep	1
Pró-reitoria de recursos humanos	2
Pró-reitoria de ensino / Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação / Pró-reitoria de extensão / Pró-reitoria de administração / Institutos acadêmicos	1
Pró-reitoria de ensino / Pró-reitoria de assuntos comunitários e estudantis	1
Pró-reitoria de ensino / Pró-reitoria de assuntos comunitários e estudantis / Pró-reitoria de pesquisa e pós graduação / Centro de educação profissional / Departamento de tecnologia da informação	1
Pró-reitoria de gestão de pessoas / Pró-reitoria de planejamento e orçamento / Reitoria	1
Pró-reitoria de planejamento e orçamento	1
Planejamento e orçamento	1
Reitoria / Fundação / Proex	1
Reitoria / Progep / Departamento de Zootecnia	1
Reitoria - Progep	1
Prograd	3
Diretoria de educação aberta e à distância	1
Reitoria / Comitê de governança, riscos e controles	1
Reitoria / CPPD / CONSU / Progep	1
Decanato de pesquisa e inovação	2
GRE / ACE	1
Secretaria de Infraestrutura	1
Agência de Inovação e empreendedorismo	1
Pró-reitoria de assuntos comunitários e estudantis	1
Proad / DIMANUT / Campus Santana	1
Proace / DACE	2
PROAD / DSG e SEVIG	1
Proplan e Proad	1
Proplan e DGO	1
Diretoria de assistência estudantil	1
Diretoria de campus	2
Pró-reitoria de políticas afirmativas e estudantis	1
Coordenadoria de gestão de carreiras	1

Centro de interpretação	1
Diretoria de educação á distância	1
Pró-reitoria de administração e coordenação de engenharia	1
Reitoria	1
Proplad e Diserg	2
Dirgep	1
Pró-reitorias	1
Proplad	2

Fonte: Dados da Pesquisa

Anexo 4 – Dados sobre os objetos auditados

Objetos auditados	Quantidade de relatórios
Transparência no relacionamento com a Fundação de Apoio	24
Relatório de Gestão e Prestação de Contas	22
PNAES	11
Gerencia e fiscalização de obras da construção civil	10
Serviços terceirizados	8
Evasão e retenção discente	7
Controles internos das compras governamentais	6
Gestão de transportes	6
Gestão do patrimônio	6
Apuração de denúncia	5
Atividades de extensão	5
Controles internos da Gestão de Pessoas	5
Gestão de riscos na Universidade	5
Cumprimento do PDI	4
Diárias e passagens	4
Adicionais ocupacionais	3
Avaliação docente e progressão	3
Bolsas e auxílios	3
Controles internos atinentes aos eventos acadêmicos	3
Gestão e fiscalização de contratos	3
Processos de admissão	3
Receitas próprias	3
Sistemas de Gestão Acadêmica	3
Acompanhamento de projeto	2
Bolsas de extensão	2
Carga horária docente	2
Concessão de bolsas	2
Concurso público docente	2
Contratos firmados pela Universidade	2
Educação à distância	2
Gerenciamento de resíduos e rejeitos gerados pelos laboratórios	2
Gestão das unidades do Restaurante Universitário	2
Gestão de recursos hídricos	2
Implantação do plano de integridade	2
Irregularidades praticadas por servidores	2
Acconuntability, Controle Interno e Governança	1
Acúmulo de cargos, empregos e funções públicas	1
Analisar indícios de lesão ao erário	1
Atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos	1
Atividades do curso de Licenciatura em Educação do Campo	1
Atos de improbidade administrativa	1
Atuação da central de estágios	1

Atuação docente, ensino, pesquisa e extensão - gestão finalística	1
Avaliar convênios, contratos, termos de cooperação e instrumentos congêneres firmados	1
Avaliação do estágio probatório	1
Avaliação do plano de integridade	1
Avaliação e adequação do programa de apoio à cultura, esporte e vivência, e a concessão de auxílio vivência	1
Ações do plano estratégico	1
Banco de horas	1
Bolsas/ Ensino e Pagamentos/ Gestão Finalística / Gestão Orçamentária e Financeira	1
Cartão de pagamento do governo federal	1
Cessão de espaços físicos	1
Cessão e requisição de pessoal	1
Chamamento público	1
Concessão de auxílios estudantis	1
Concessão de licenças e afastamentos	1
Conformidade contábil	1
Conformidade de licitações	1
Conformidade do registro de gestão	1
Contratação de professores substitutos	1
Contratação temporária	1
Contratações e aquisições realizadas por dispensa de licitação	1
Contratações públicas	1
Contrato de fornecimento de refeições dos restaurantes universitários	1
Controle de frequência e compatibilidade de horários na acumulação de vínculos	1
Controles internos da gestão documental	1
Controles internos da Pró-Reitoria de Assuntos estudantis	1
Controles internos do centro de interpretação	1
Controles internos no processamento de registros contábeis	1
Convênio com Fundação de Apoio	1
Convênios e contratos acadêmicos	1
Cumprimento de metas	1
Despesas realizadas por inexigibilidade de licitação	1
Distribuição de vagas docentes	1
Distribuição e exequibilidade dos encargos docentes	1
Elaboração e acompanhamento de convênios	1
Emissão, registro, reconhecimento e revalidação de diplomas	1
Empenhos inscritos em restos a pagar	1
Escalas de plantão hospitalar	1
Exames médicos periódicos	1
Fiscalização de Manutenção predial	1
Flexibilização de carga horária	1
Folha de pagamento de pessoal	1
Folha de pagamento, encargos sociais e benefícios	1

Gerenciamento das moradias estudantis	1
Gestão contábil	1
Gestão da assistência estudantil	1
Gestão da descentralização orçamentária	1
Gestão de bens móveis	1
Gestão de centros acadêmicos	1
Gestão de ensino	1
Gestão de indicadores acadêmicos	1
Gestão de material de consumo	1
Gestão de processos na prefeitura universitária	1
Gestão de ética e programa de integridade	1
Gestão dos cursos de pós-graduação	1
Gestão dos laboratórios	1
Gestão dos recursos direcionados para ações de cultura	1
Gestão dos registros acadêmicos e diplomação	1
Governança da Instituição	1
Governança de TI	1
Governança relacionada à transparência	1
Implantação de cursos EAD	1
Implementação de sistema integrado de gestão	1
Infraestrutura e aquisição de livros pela biblioteca	1
Instalações e condições do sistema de prevenção à incêndio	1
Jornada de trabalho	1
Legalidade de faltas justificadas de servidor	1
Legalidade dos processos licitatórios	1
Licitações	1
Mecanismos de governança	1
Mecanismos de governança para combate à fraude e corrupção	1
Movimentação interna de pessoal	1
Normatização dos métodos, procedimentos e rotinas de trabalho do almoxarifado	1
Notas de empenho	1
Oferta de cursos de graduação	1
Pesquisa	1
Política de Desenvolvimento de Pessoal	1
Prestação de contas de convênios	1
Princípio da publicidade	1
Processo de aposentadoria e pensões	1
Processo de concessão de benefícios	1
Processos de contratação de estagiários	1
Programa de integridade	1
Programa de moradia estudantil	1
Programas institucionais de monitoria e apoio discente	1
Progressões e incentivo à qualificação	1
Projeto de pesquisa	1
Projetos de pesquisa com financiamento externo	1

Qualidade do ensino, pesquisa e extensão	1
Registro de frequência em ponto eletrônico	1
Registro de patentes	1
Regularidade dos processos licitatórios	1
Riscos de fraude e corrupção na contratação de bens e serviços	1
Rotinas internas adotadas pela Diretoria de Assistência estudantil	1
Rotinas internas da Agência de Inovação	1
Rotinas internas da Pró-Reitoria de assuntos comunitários e estudantis	1
Rotinas internas da Pró-Reitoria de extensão	1
Seleção e pagamento de bolsistas dos cursos de educação à distância	1
Serviços de manutenção, reforma e reparo de bens móveis e imóveis	1
Sistemas de informações contábeis	1
Tecnologia da informação	1
Transferência de tecnologias e incubação de empresas	1
Transparência divulgação de informações de licitações e contratos	1
Transparência institucional	1

Fonte: Dados da pesquisa